

Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

Aula

500 Questões Comentadas FGV - Psicologia

Professor: Marina Becalli

## AULA 00

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Apresentação	01
2. Cronograma do curso	06
4. Resolução de questões	07
5. Questões apresentadas na aula	57
6. Gabarito	89

## APRESENTAÇÃO



**Caro aluno,**

É com grande alegria que lhe dou boas-vindas a este curso de **PSICOLOGIA** de **500 questões comentadas da banca FGV**, que será composto por:

- **curso escrito (em PDF)**, formado por 10 aulas com questões resolvidas.
- **fórum de dúvidas**, em que você pode entrar em contato direto conosco quando julgar necessário.

Caso haja alguma dúvida em relação ao conteúdo, você está convidado a compartilhá-la no fórum de dúvidas. A possibilidade de

interação com o professor é um dos diferenciais dos cursos em PDF; portanto, não hesite em usá-la.

**Você nunca estudou Psicologia para concursos?** Não tem problema, este curso também é para você. Isto porque você estará adquirindo um material bastante completo, em que pode vai resolver uma grande quantidade de exercícios, sempre podendo aprender com as resoluções das questões e tirar dúvidas através do fórum. **Mesmo sem ter estudado este conteúdo antes, você pode conseguir um ótimo desempenho na sua prova.** Se você se encontra nesta situação, será preciso investir um tempo maior, dedicar-se bastante ao nosso curso.

**Dito isso, resalto as características principais do curso:**

- **Conteúdo** teórico completo e atualizado, apresentado de forma clara e objetiva;
- **Grande variedade de questões resolvidas e comentadas;**
- **Contato direto com o professor via fórum para retirada de dúvidas;**

Enfim, espero que você aproveite o curso, tire as suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, consiga ter um ótimo desempenho. Todo o esforço empregado nessa fase de preparação será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, momento que esperamos compartilhar com você!

Antes de começar o curso, acho importante falar um pouco da minha trajetória profissional, e especialmente sobre o que do meu percurso está relacionado a este curso que te ofereço aqui no Estratégia Concursos.

Sou formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, tendo concluído minha graduação em Psicologia no início de 2016. Antes de ser psicóloga, iniciei o curso de Jornalismo, razão (entre outras) pela qual fui

buscar uma análise. Foi aí que comecei a me interessar bastante pela psicologia e especialmente pela psicanálise.

Após uma outra aprovação em vestibular, e ter cursado o curso, deparei-me com a importante questão de que área seguir. Tenho experiência com a clínica psicanalítica, especialmente em relação ao público infanto-juvenil e a casos mais graves, envolvendo questões de saúde mental e, muitas vezes, questões que envolvem outros campos, como o Judiciário e a Assistência Social. Exatamente por isso, não quis seguir apenas a clínica individual tradicional: eu queria levar minha escuta de psicóloga para atuar em articulação com outros campos de saberes.

No final de 2016, fiz a primeira prova de concurso da minha vida (pois nunca antes disso tinha pensado em entrar para o mundo dos "concurseiros"): foi a prova do TRF 2º Região. Como vocês devem saber, não são muitos os materiais específicos disponíveis para concursos de psicologia, muito menos ainda materiais específicos para cada edital. Foi através de um amigo que estava estudando para o cargo de Oficial de Justiça que conheci o material do Estratégia Concursos. Fiquei apaixonada! O material era extremamente organizado, com conteúdo escrito, esquemas e muitas questões. Só que fiquei decepcionada porque eles disponibilizavam o curso apenas para a parte de conhecimentos gerais, e não havia material específico para Psicologia.

O que aconteceu foi o seguinte: na minha primeira prova, um concurso de Tribunal Federal, eu tive 85% de acerto na parte de conhecimentos gerais estudando com o material do Estratégia Concursos. E na parte específica de psicologia, que era minha área, eu tive pouco mais de 60%. Eu achei muito estranho, já que nunca na minha vida tinha estudado para concurso, muito menos para matérias como Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Logo depois, em março de 2017, abriu edital para o cargo de psicólogo do TJSP. Depois do TRF 2º Região, eu fui procurar o material do Estratégia Concursos para estudar. Mas outra vez eles ofereceram curso específico apenas para a parte de conhecimentos gerais, não havia

material para o conteúdo programático de Psicologia. Estudei com o Estratégia nas matérias que eles ofereceram e comprei outros materiais de Psicologia. Fiz a prova e o resultado foi surpreendente: tive a 6º maior nota na prova objetiva! Só que aconteceu a mesma coisa que na prova anterior: na parte de conhecimentos gerais tive muito mais acertos do que na parte de conteúdo específico.

Quando o Estratégia Concursos me fez o convite para elaborar um curso específico para a preparação de concursos em Psicologia, eu fiquei extremamente feliz. Sei o quanto faz diferença na preparação um material de qualidade, e o estudo para concurso exige ferramentas que sejam confiáveis, que sejam elaboradas de forma objetiva, sintetizada e com foco no que é cobrado em provas. Para ter um bom desempenho, não basta conhecer as teorias e os conteúdos: você precisa ver como eles são cobrados nas provas e aprender a responder de acordo com os enunciados.

Eu sei que na Psicologia não estamos acostumados a ser muito objetivos, mas para ser aprovado você vai precisar entender o raciocínio que envolve a resolução das questões. Selecionei questões que te ajudarão a fixar os conteúdos de forma a otimizar o seu tempo e o seu estudo.

Para finalizar esta apresentação, quero que você tenha em mente que o primeiro passo para o sucesso é entender que todo processo precisa de muita dedicação. Ao estudar para concursos, é necessário escolher o melhor material de estudo, pois essa decisão, junto com seu esforço, é o que vai determinar sua aprovação.

Quer tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso? Deixo abaixo meus contatos:



**Instagram: @marinapbeccalli**

**E-mail: [marinapbeccalli@gmail.com](mailto:marinapbeccalli@gmail.com)**

**Facebook: [Marina Beccalli](#)**

**CRONOGRAMA DO CURSO**

<b>AULA 00</b>	<b>Disponível em 14/04/2018</b>	<b>Código de Ética e Resoluções do CFP</b>
<b>AULA 01</b>	<b>Disponível em 21/04/2018</b>	<b>Teorias da Personalidade</b>
<b>AULA 02</b>	<b>Disponível em 28/04/2018</b>	<b>Técnicas Psicoterápicas</b>
<b>AULA 03</b>	<b>Disponível em 04/05/2018</b>	<b>Avaliação psicológica e Psicodiagnóstico</b>
<b>AULA 04</b>	<b>Disponível em 10/05/2018</b>	<b>Psicopatologia</b>
<b>AULA 05</b>	<b>Disponível em 15/05/2018</b>	<b>Psicologia organizacional e do trabalho</b>
<b>AULA 06</b>	<b>Disponível em 21/05/2018</b>	<b>Psicologia da Saúde e Hospitalar</b>
<b>AULA 07</b>	<b>Disponível em 26/05/2018</b>	<b>Psicologia Jurídica</b>
<b>AULA 08</b>	<b>Disponível em 02/06/2018</b>	<b>Psicologia do Desenvolvimento/Aprendizagem/Educação</b>
<b>AULA 09</b>	<b>Disponível em 08/06/2018</b>	<b>Psicologia Social e Grupos</b>

## RESOLUÇÃO DE QUESTÕES



HORA DE  
**PRATICAR!**

**1. (TJ/PI – FGV – 2015)** Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

- (A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;
- (B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;
- (C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;
- (D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;
- (E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** A infração ética não deixa de se caracterizar por se tratar de organização sem fins lucrativos.

- (B) **INCORRETA.** O melhor interesse da criança não descaracteriza a infração ética.
- (C) **INCORRETA.** As pessoas serem atendidas por outros psicólogos não descaracteriza a infração ética.
- (D) **INCORRETA.** Não há previsão no Código sobre isso.
- (E) **CORRETA.** O Código prevê infração ética no caso de psicólogo desviar paciente para instituição com a qual mantenha vínculo de trabalho visando ao benefício pessoal.

**2. (FGV- AL/MT – 2013)** Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a alternativa que indica o procedimento correto.

- (A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.
- (B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o curto do investimento, resolve dar continuidade ao seu trabalho.
- (C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.
- (D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.
- (E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O Código prevê a suspensão por 30 dias.

- (B) **INCORRETA.** Ao psicólogo é vedado utilizar técnicas não reconhecidas pelo Código e pelo CFP.
- (C) **INCORRETA.** É dever do psicólogo zelar pela guarda do material que envolveu seu trabalho.
- (D) **CORRETA.** O psicólogo pode decidir pela quebra do sigilo profissional, mas sempre levando em conta a busca pelo menor
- (E) **INCORRETA.** É vedado ao psicólogo utilizar-se do preço dos serviços como forma de propaganda.

**3. (TJ/AM – FGV – 2013)** De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

- (A) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.
- (B) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.
- (C) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.
- (D) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.
- (E) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **CORRETA.** É dever fundamental do psicólogo prestar serviços à comunidade sem usufruir benefício pessoal.
- (B) **INCORRETA.** É dever fundamental do profissional comunicar aos órgãos competentes os casos de exercício ilegal da profissão, além de irregularidades e transgressões observadas.

- (C) **INCORRETA.** O psicólogo é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.
- (D) **INCORRETA.** É vedado ao profissional desviar para pessoas para serviço particular ou de outra instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.
- (E) **INCORRETA.** É dever informar a quem de direito os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

**4. (TJ/AM – FGV – 2013)** Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.
- (B) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.
- (C) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.
- (D) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.
- (E) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

#### **COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** O Código tem orientações específicas para tais situações.
- (B) **INCORRETA.** O profissional não deve estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido,

relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

- (C) **CORRETA.** É vedado ao psicólogo ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação. O profissional deverá se afastar do caso.
- (D) **INCORRETA.** É vedado ao psicólogo prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, que possam afetar a qualidade de seu trabalho.
- (E) **INCORRETA.** O psicólogo estará impedido de realizar a atividade, pois é vedado prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores na situação avaliada. Deverá se afastar do caso, pedindo sua substituição por outro colega psicólogo.

**5. (TJ/PI – FGV – 2015)** Pedro é psicólogo em Tribunal deste Estado e atua em Vara de Família. Ele foi responsável pela elaboração do estudo psicológico no processo movido por Orlando contra sua ex-mulher, Fernanda, objetivando a guarda da filha de ambos, Michele, 4 anos. Fernanda, diante do estudo psicológico apresentado, contratou uma psicóloga como assistente técnica, que elaborou diversos quesitos ao psicólogo perito, mas Pedro se recusou a esclarecê-los, alegando que deve responder tão somente aos quesitos previamente apresentados pelo Ministério Público. À luz da Resolução nº 008/2010 do CFP, Pedro:

- (A) não deve responder às formulações da assistente técnica, pois apenas o Ministério Público pode elaborar quesitos;
- (B) deve responder às questões propostas pela assistente técnica, pois assistentes técnicos podem formular quesitos aos peritos;

(C) não deve responder às perguntas da assistente técnica, pois apenas o magistrado e o Ministério Público podem formular quesitos; (D) deve responder às perguntas da assistente técnica, se o Ministério Público autorizar expressamente;

(E) deve responder às perguntas da assistente técnica, se o autor do processo concordar com as quesitações formuladas.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O assistente técnico também pode elaborar quesitos.

(B) **CORRETA.** De acordo com a resolução.

(C) **INCORRETA.** O assistente técnico também pode elaborar quesitos.

(D) **INCORRETA.** Não é preciso autorização do Ministério Público.

(E) **INCORRETA.** O autor do processo não precisa concordar com os quesitos.

**6. (TJ/PI – FGV – 2015)** Gustavo e sua esposa Lídia são acompanhados em terapia de casal pela psicóloga Analice há muito anos. Recentemente Gustavo decidiu que se separará de Lídia e solicitou que a psicóloga elaborasse declaração psicológica sobre os sintomas e o prognóstico da dinâmica conjugal, para ser apresentado no processo de guarda dos filhos do casal. Diante da Resolução nº 007/2003 do CFP, Analice:

(A) pode atender plenamente a demanda de Gustavo, desde que conte com a anuência expressa de Lídia, circunscrevendo-se especificamente ao prognóstico da dinâmica;

(B) pode atender parcialmente a demanda de Gustavo, na hipótese de que Lídia consinta tacitamente com o pedido, limitando-se à avaliação das dificuldades enfrentadas pelo casal no processo terapêutico;

(C) não pode atender ao pedido de Gustavo, pois segundo a Resolução nº 008/2001, o documento hábil para afirmar sobre as condições psicológicas do solicitante é o "atestado psicológico";

(D) não deve atender à solicitação de Gustavo, pois a declaração psicológica visa informar fatos ou situações objetivas relacionados ao

atendimento psicológico, não devendo conter o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos;

(E) pode atender totalmente à solicitação de Gustavo diante do consentimento tácito de Lídia, desde que se detenha à avaliação sintomatológica do comportamento do casal.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Analise não pode atender a demanda, já que na declaração não pode haver sintomas, situações ou estados psicológicos.

(B) **INCORRETA.** Analise não pode atender a demanda, mesmo com consentimento de Lídia, já que na declaração não pode haver sintomas, situações ou estados psicológicos.

(C) **INCORRETA.** No caso, o melhor documento indicado seria um laudo psicológico.

(D) **CORRETA.** De acordo com a resolução.

(E) **INCORRETA.** Não pode atender a demanda, independente de consentimento das partes envolvidas.

**7. (TJ/PI – FGV – 2015)** Fernanda, 14 anos, revelou a sua professora que vem sendo assediada sexualmente por seu padrasto. Diante dessa informação, foi acionado o sistema de proteção e indicado que Fernanda se submetesse à Escuta Especial, outrora denominada Depoimento sem Dano. Com relação a esse procedimento, o Conselho Federal de Psicologia:

(A) se manifesta favoravelmente, pois a preocupação com a metodologia da Escuta Especial demonstra a preocupação do Judiciário em prestar atendimento de forma humanizada e a escuta psicológica é fundamental nesse processo;

(B) se manifesta desfavoravelmente, pois o psicólogo não deve atuar como inquiridor, devendo ele defender que a criança não seja a responsável pela produção da prova que visa à punição do infrator;

(C) considera positivamente a Escuta Especial, pois o juiz não possui formação específica para abordagem sobre a violência praticada contra crianças e o psicólogo, como auxiliar do Juízo, deve intervir de forma a humanizar o depoimento;

(D) se posiciona contrariamente ao procedimento Depoimento sem Dano / Escuta Especial, pois considera que deve ser realizada a capacitação e o treinamento dos juízes diante do tema, os quais deverão atuar em varas especializadas no assunto;

(E) respalda a Escuta Especial, pois o procedimento visa a garantir e proteger os direitos das crianças/adolescentes quando, ao serem ouvidas em Juízo, sua palavra é valorizada através da inquirição que respeita sua condição de pessoa em desenvolvimento.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O CFP é contra o procedimento.

(B) **CORRETA.** Esta é a visão do CFP.

(C) **INCORRETA.** O CFP não considera de forma positiva o procedimento.

(D) **INCORRETA.** O CFP é contrário, mas não porque acredita que os juízes deverão se capacitar.

(E) **INCORRETA.** O CFP não respalda a Escuta Especial.

**8. (TJ/PI – FGV – 2015)** Relacione os documentos psicológicos com suas respectivas definições e finalidades, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFP N.º 007/2003:

1. Declaração.

2. Atestado.

3. Relatório.

4. Parecer.

( ) Documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita. A

formulação deve restringir-se à informação solicitada pelo requerente, contendo expressamente o fato constatado.

( ) Documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. É uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

( ) Documento que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico. Não deve ser feito o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.

( ) Apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica.

A sequência correta é:

(A) 1, 2, 3 e 4;

(B) 1, 2, 4 e 3;

(C) 1, 4, 2 e 3;

(D) 2, 3, 1 e 4;

(E) 2, 4, 1 e 3.

### **COMENTÁRIOS:**

Assertiva I: Definição de atestado psicológico.

Assertiva II: Definição de parecer.

Assertiva III: Definição de declaração.

Assertiva IV: Definição de relatório/laudo psicológico.

**RESPOSTA: E.**

**9. (TJ/RO – FGV – 2015)** Luciana iniciou o trabalho como psicóloga do Tribunal de Justiça e precisa saber como organizar os laudos decorrentes de suas avaliações psicológicas. Para tanto, consultou a Resolução CFP nº 001/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Segundo a resolução:

- (A) o registro documental em papel ou digitalizado tem caráter público quando se tratar de atendimento realizado em instituição pública;
- (B) os documentos agrupados nos registros devem contemplar identificação do usuário, procedimentos técnico-científico realizados, diagnóstico e prognóstico;
- (C) a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo, da equipe multiprofissional do caso atendido e do chefe de setor imediato;
- (D) o registro documental serve como meio de prova idônea para processos disciplinares e defesa legal;
- (E) fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso parcial, mediante autorização do psicólogo, às informações registradas em seu prontuário.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O fato de ter sido feito em instituição pública não torna a documentação pública: ela tem caráter sigiloso.
- (B) **INCORRETA.** Não deve conter diagnóstico e prognóstico.
- (C) **INCORRETA.** A guarda é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço.
- (D) **CORRETA.** De acordo com a resolução.
- (E) **INCORRETA.** É garantido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações de seu prontuário.

**10. (TJ/RO – FGV – 2015)** Um juiz encaminha ao psicólogo uma criança cujos pais disputam a guarda para a realização de perícia. Com base nas resoluções CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos, e CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- (A) o trabalho pericial terá como garantia o princípio fundamental de bem-estar exclusivo da criança;

- (B) o periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação pericial psicológica;
- (C) quando a pessoa atendida for criança, é necessário o consentimento formal de pelos menos um dos genitores, mesmo não sendo o responsável legal;
- (D) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para a síntese da demanda inicial, explicitação dos procedimentos utilizados, o diagnóstico e prognóstico;
- (E) em seu relatório, o psicólogo perito pode adentrar as decisões judiciais referentes à guarda da criança.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Deve ter como princípio fundamental o bem-estar de todos os sujeitos envolvidos.
- (B) **CORRETA.** De acordo com a resolução CFP nº 017/2012.
- (C) **INCORRETA.** Quando a pessoa atendida for criança, adolescente ou interdito, é necessária a apresentação de consentimento formal a ser dado por pelo menos um dos responsáveis legais.
- (D) **INCORRETA.** A devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os resultados dos instrumentos e técnicas utilizados.
- (E) **INCORRETA.** Em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar nas decisões, que são exclusivas às atribuições dos magistrados.

**11. (TJ/RO – FGV – 2015)** Elisa é psicóloga clínica. Em seu consultório atende Marília, que está se separando de Oscar, seu companheiro há 10 anos e com quem possui uma filha, Clara, de 6 anos. Diante dos conflitos advindos da separação, Marília pergunta se Elisa poderá atuar como perita ou assistente técnica em seu processo de separação. À luz das Resoluções do CFP nº 017/2012 e nº 008/2010, Elisa:

- (A) poderá atuar tanto como perita quanto como assistente técnica no processo apenas se houver consentimento expresso de Oscar;
- (B) somente poderá atuar como perita no processo;
- (C) somente poderá atuar como assistente técnica no processo;
- (D) não poderá atuar nem como perita nem como assistente técnica no processo;
- (E) poderá atuar como perita e/ou como assistente técnica, independentemente da autorização de Oscar.

**COMENTÁRIO:**

- (A) **INCORRETA.** Mesmo com o consentimento de Oscar, a psicóloga não pode atuar nem como perita nem como assistente técnica do processo.
- (B) **INCORRETA.** Não pode atuar como perita nem como assistente técnica.
- (C) **INCORRETA.** Não pode atuar como assistente técnica.
- (D) **CORRETA.** De acordo com a resolução 008/2010, com intuito de preservar o direito à intimidade e equidade de condições, é vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio: atuar como perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele e/ou de terceiros envolvidos na mesma situação litigiosa.
- (E) **INCORRETA.** Não poderá atuar como perita nem como assistente técnica, mesmo com autorização de Oscar.

**12. (TJ/RO – FGV – 2015)** Cláudia atua como psicóloga na instituição de acolhimento Paz e Vida, de cunho religioso, que atende meninos de 12 aos 18 anos incompletos. No início desse ano, o adolescente Evandro, 16 anos, foi acolhido na instituição por se encontrar em situação de rua. O ingresso do adolescente no ambiente institucional causou grande constrangimento, pois o jovem se declara abertamente homossexual, o que conduziu Miguel, dirigente da instituição, a solicitar que Cláudia desenvolva estratégias para que Evandro possa superar a

homossexualidade. Diante da demanda de Miguel e à luz da Resolução do CFP nº 001/1999, Cláudia:

- (A) poderá encaminhar Evandro para a rede de saúde existente no município, visando ajudá-lo a superar a homossexualidade;
- (B) deverá atender psicoterapeuticamente Evandro, auxiliando-o a compreender e superar os desejos homoafetivos;
- (C) deverá buscar profissional especializado em sexologia, de forma a minimizar os conflitos decorrentes da psicopatologia;
- (D) poderá desenvolver intervenções institucionais no abrigo, visando ressignificar a visão de doença, perversão e desvio presentes no discurso do dirigente;
- (E) poderá atender psicoterapeuticamente Evandro e sua família biológica, buscando compreender a origem do comportamento e buscar sua transformação.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, os psicólogos não adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.
- (B) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.
- (C) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas.
- (D) **CORRETA.** Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.
- (E) **INCORRETA.** Não é o que traz a resolução.

**13. (TJ/GO – FGV – 2014)** Ao receber as pessoas encaminhadas para serem avaliadas, por determinação judicial, o psicólogo percebeu que uma delas foi seu chefe na instituição onde trabalhou antes de ingressar no tribunal. O psicólogo:

- (A) poderá realizar a avaliação psicológica, já que não existe mais vínculo com tal pessoa;
- (B) poderá realizar a avaliação psicológica, caso não possua vínculos pessoais com tal pessoa;
- (C) deverá realizar a avaliação psicológica, sob risco de descumprir a determinação judicial;
- (D) não poderá realizar a avaliação psicológica, haja vista os vínculos pessoais ou profissionais poderem afetar o trabalho;
- (E) não poderá realizar a avaliação psicológica, tendo em vista a relação hierárquica anterior entre ele e a pessoa.

#### **COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** Não pode realizar a avaliação, pois seus vínculos anteriores podem afetar os resultados.
- (B) **INCORRETA.** Não pode realizar a avaliação, mesmo que os vínculos sejam profissionais e não pessoais.
- (C) **INCORRETA.** Não deve fazer a avaliação.
- (D) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.
- (E) **INCORRETA.** Na verdade, não pode realizar a avaliação, pois os vínculos pessoais ou profissionais podem afetar os resultados.

**14. (TJ/GO – FGV – 2014)** A Resolução CFP nº 008/2010 foi criada com o objetivo de dispor sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Segundo tal documento:

- (A) o psicólogo assistente técnico pode estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito, sendo vedado o contrário;

- (B) a relação entre os profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências, sendo vedado ao assistente técnico formular quesitos ao psicólogo perito;
- (C) o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, excetuando-se visitas domiciliares e institucionais, devendo estas serem feitas de forma interdisciplinar;
- (D) em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar as decisões, atribuição exclusiva dos magistrados;
- (E) é vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio atuar como perito, não havendo impedimento para o assistente técnico, desde que não interfira na qualidade e na dinâmica do serviço realizado.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado.
- (B) **INCORRETA.** O assistente técnico pode formular quesitos para o perito.
- (C) **INCORRETA.** Conforme a especificidade de cada situação, o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.
- (D) **CORRETA.** De acordo com a resolução.
- (E) **INCORRETA.** Com intuito de preservar o direito à intimidade e equidade de condições, é vedado ao psicólogo que esteja atuando como

psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio: atuar como perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele e/ou de terceiros envolvidos na mesma situação litigiosa.

**15. (TJ/GO – FGV – 2014)** A Resolução CFP Nº 007/2003 institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, tendo como objetivo orientar o profissional na confecção de documentos e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita. Nela, encontram-se as finalidades distintas entre relatório e parecer, sendo que:

(A) o primeiro visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico, e o segundo visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;

(B) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a declarar o acompanhamento psicológico do atendido e as informações sobre as condições do atendimento;

(C) o primeiro visa a fundamentar sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo, e o segundo visa a fornecer as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição;

(D) o primeiro visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso, e o segundo, fornecer esclarecimento, de forma focal, sobre orientação e sugestão de projeto terapêutico;

(E) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a apresentar resposta esclarecedora de uma questão problema, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** A assertiva traz primeiro a descrição de uma declaração e a segunda diz respeito ao relatório psicológico.
- (B) **INCORRETA.** A assertiva traz as definições de relatório psicológico e declaração, respectivamente.
- (C) **INCORRETA.** A alternativa traz as definições de parecer e atestado, respectivamente.
- (D) **INCORRETA.** A alternativa traz a descrição do relatório e tenta confundir em relação à definição de parecer, mas ele não tem como objetivo responder de forma focal em relação a um projeto terapêutico.
- (E) **CORRETA.** As duas definições estão corretas.

**16. (DPE/MT – FGV – 2015)** Ana Maria, psicóloga concursada do Tribunal de Justiça, foi designada para elaborar laudo acerca de disputa litigiosa de guarda de filhos. No decorrer das entrevistas com os pais, Ana Maria tomou conhecimento de que a mãe das crianças fora vítima de abuso sexual na infância. À luz da Resolução nº 007/2003, assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado na confecção do laudo.

- (A) Deve mencionar o abuso sexual sofrido pela mãe das crianças, bem como sobre qualquer outra informação colhida nas entrevistas, pois podem se revelar úteis para o julgador.
- (B) Não deve mencionar o abuso sexual sofrido pela mãe das crianças, limitando-se a fornecer as informações necessárias à demanda do caso.
- (C) Deve mencionar o abuso sexual a que a mãe das crianças foi submetida, mas apenas após realizar devolutiva ética e encaminhar a família para atendimento psicoterápico.
- (D) Deve mencionar o abuso sexual de que a mãe das crianças foi vítima apenas se contar com autorização formal da vítima sobre a divulgação.
- (E) Não deve revelar o abuso sexual perpetrado contra a mãe das crianças, pois não é do conhecimento do ex-marido e isso pode ser um elemento potencializador de litígio.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Não deve mencionar o abuso, apenas as informações necessárias para o caso.
- (B) **CORRETA.** De acordo com as recomendações da resolução.
- (C) **INCORRETA.** Não deve mencionar o abuso.
- (D) **INCORRETA.** Não deve mencionar o abuso, mesmo com autorização, pois não tem pertinência em relação ao caso.
- (E) **INCORRETA.** O motivo de não revelar o abuso não é o ex-marido.

**17. (DPE/MT – FGV – 2015)** Em processo de Vara de Infância e Juventude, foi designada a realização de perícia psicológica e social pelo Juízo. Na especificidade do caso, as peritas psicóloga e assistente social, responsáveis pela avaliação, estabeleceram que algumas intervenções fossem realizadas em conjunto. O advogado de uma das partes, entretanto, questionou tais procedimentos, alegando que as intervenções não poderiam ocorrer conjuntamente. Em consonância com o disposto na Resolução 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), assinale a afirmativa correta.

- (A) O advogado está correto em sua análise, pois as intervenções do psicólogo e da assistente social deverão forçosamente ocorrer separadas, na preservação da especificidade de suas formações profissionais.
- (B) O advogado está errado em sua análise, pois o psicólogo perito poderá atuar em equipe técnica multiprofissional, desde que preserve sua especificidade e o limite de intervenção, não se submetendo técnica e profissionalmente a outras áreas.
- (C) O advogado está correto em sua análise, pois a deliberação sobre a pertinência ou não de quaisquer intervenções conjuntas é atribuição exclusiva do Juiz, não cabendo às profissionais tal iniciativa.
- (D) O advogado está correto em sua análise, pois qualquer intervenção conjunta pode interferir e prejudicar o direito ao contraditório e ampla defesa e portanto tem que ser fiscalizada pelos operadores de direito legitimamente interessados no processo.

(E) O advogado está errado em sua análise, pois o perito psicólogo pode atuar conjuntamente com a perita assistente social, desde que se submeta tecnicamente às conclusões da assistente social sobre as dimensões sociais do caso em estudo.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O advogado está incorreto em sua análise.

(B) **CORRETA.** De acordo com as recomendações da resolução.

(C) **INCORRETA.** O advogado está incorreto em sua análise.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional desde que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional desde que preserve sua especificidade e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas.

**18. (DPE/MT – FGV – 2015)** Frederico e Márcia foram encaminhados à avaliação psicológica na medida em que vivenciam um processo conflituoso de disputa de guarda em relação à filha que, em razão do litígio, vem sofrendo intensamente. A filha acredita que a sua atual madrasta foi pivô da separação de seus pais e, por isso, vem reagindo à convivência dela. Frederico nega categoricamente que isso tenha ocorrido e, nos autos, atribui o comportamento da filha à alienação parental da mãe. Nas entrevistas das partes, o psicólogo escutou os problemas pretéritos havidos no intercurso da união do casal. Em seguida, o psicólogo chamou o advogado de Frederico e comunicou que este já mantinha relacionamento com a atual companheira durante a união com Márcia. Tal conhecimento foi confidenciado por Frederico durante a entrevista e o profissional lhe avisou que daria tal informação a seu

advogado. De acordo com o código de ética profissional, ao fazer essa comunicação, o psicólogo

(A) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois além de ser absolutamente inviolável, decorreu de um gesto de confiança de Frederico ao confidenciar algo durante a entrevista psicológica.

(B) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois, no relacionamento com profissionais não psicólogos, o psicólogo não deve compartilhar informações de caráter confidencial, a menos por determinação judicial.

(C) não comete infração ética caso seja uma informação importante que definirá a guarda em favor de Marcia, em considerando que os problemas pretéritos de relacionamento devem orientar as atribuições parentais.

(D) não comete infração ética caso seja uma informação relevante para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial da comunicação, assinalando a responsabilidade do advogado de preservar o sigilo.

(E) comete necessariamente infração ética caso o psicólogo comunicasse ao advogado sem avisar Frederico e mesmo que baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo.

(B) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo e não apenas por decisão judicial.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não pode tomar partido dessa forma.

(D) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.

(E) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo.

**19. (PREF. DE CUIABÁ/MT – FGV – 2015)** João possui 50 anos e é civilmente interdito desde os 30. Ele iniciou atendimento com o psicólogo que, depois de algumas entrevistas preliminares, quis procurar algum responsável legal para autorizar a continuidade do tratamento. Na medida em que nenhum responsável se apresentou, o psicólogo não viu necessidade de comunicar mais nada e deu continuidade ao tratamento. De acordo com o Código de Ética Profissional,

(A) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, endossando a incapacidade civil do paciente.

(B) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, na medida em que quebraria o sigilo profissional.

(C) o psicólogo cometeu infração ética ao continuar o tratamento sem comunicar às autoridades competentes.

(D) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética na medida em que não se trata de paciente menor de idade.

(E) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética haja vista não ter aparecido nenhum responsável.

#### **COMENTÁRIOS:**

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deve buscar o responsável legal, para realizar atendimento não eventual de interdito.

(B) **INCORRETA.** Não cometeu infração ética ao buscar o responsável legal.

(C) **CORRETA.** Ao não conseguir localizar o responsável legal, o psicólogo deveria ter comunicado o atendimento às autoridades competentes.

(D) **INCORRETA.** No atendimento de interdito também é necessário buscar o responsável legal ou comunicar as autoridades competentes.

(E) **INCORRETA.** Ele deveria ter comunicado às autoridades competentes.

**20. (TJ/SC – FGV – 2015)** Carlos e Renata estiveram casados por 5 anos, durante os quais Renata buscou ajuda psicoterápica em função de

ser constantemente agredida fisicamente pelo marido. Em meio à separação conjugal, na disputa pela guarda da única filha do casal, Renata contratou a sua psicoterapeuta, Marília, como assistente técnica no processo litigioso pela guarda da menina. Segundo a Resolução nº 008/2010, do CFP, Marília:

- (A) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, por ser psicoterapeuta de Renata;
- (B) poderá atuar como assistente técnica nesse processo, desde que preserve o sigilo sobre o processo terapêutico;
- (C) poderá atuar somente como perita nesse processo, desde que na avaliação de ambos os envolvidos;
- (D) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, pois não conta com o consentimento de Carlos;
- (E) poderá atuar indistintamente como assistente técnica ou perita nesse processo.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **CORRETA.** De acordo com a resolução.
- (B) **INCORRETA.** Não pode atuar nem como assistente técnica nem como perita.
- (C) **INCORRETA.** Não pode atuar como perita.
- (D) **INCORRETA.** Mesmo com o consentimento de Carlos, não poderia atuar como assistente técnica.
- (E) **INCORRETA.** Não pode atuar nem como assistente técnica nem como perita.

**21. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** A Resolução CFP 002/2003 regulamenta os procedimentos para a avaliação dos testes psicológicos com o objetivo de melhorar a qualidade da avaliação psicológica. De acordo com essa Resolução, será considerada falta ética:

- (A) A realização de pesquisas com o emprego de testes psicológicos não aprovados pelo CFP;

- (B) A utilização de testes psicológicos em avaliações psicodiagnósticas sem prévia autorização do CFP;
- (C) a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP;
- (D) A comercialização ou disponibilização de testes psicológicos;
- (E) A utilização de testes psicológicos para descrever ou mensurar processos psicológicos na área da personalidade.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Será considerada falta ética, conforme disposto na alínea c do Art. 1º e na alínea m do Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP, salvo os casos de pesquisa.
- (B) **INCORRETA.** Para a utilização de testes, não é necessária a autorização do CFP, somente seu parecer favorável para o uso do teste.
- (C) **CORRETA.** Será considerada falta ética, conforme disposto na alínea c do Art. 1º e na alínea m do Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP, salvo os casos de pesquisa.
- (D) **INCORRETA.** Não é falta ética a comercialização ou disponibilização de testes psicológicos.
- (E) **INCORRETA.** Na verdade, os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo.

**22. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** O responsável legal por um paciente que o psicólogo atende solicitou que fossem prestados alguns esclarecimentos à autoridade judicial para definir um processo de guarda e regulamentação de visita. De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

- (A) informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico;

- (B) comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;
- (C) opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita;
- (D) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o paciente;
- (E) resguardar o sigilo profissional e não comunicar nada ao juiz.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O psicólogo não deve informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico.
- (B) **INCORRETA.** O psicólogo não deve comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso.
- (C) **INCORRETA.** O psicólogo não deve opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita.
- (D) **CORRETA.** O psicólogo deve transmitir somente o necessário para ajudar na tomada de decisões.
- (E) **INCORRETA.** O psicólogo poderá quebrar o sigilo, mas deve comunicar apenas o estritamente necessário.

**23. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** O psicólogo, no seu exercício profissional, é amiúde solicitado a apresentar informações documentais com objetivos diversos, decorrentes de avaliação psicológica. A Resolução do Conselho Federal de Psicologia de nº 007/2003 instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos para subsidiar o psicólogo. Sobre os princípios técnicos norteadores da elaboração desses documentos, é correto afirmar que:

- (A) o documento escrito deve considerar a natureza interna e definitiva do seu objeto de estudo;
- (B) o psicólogo deve se basear nos instrumentais técnicos de entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo e escuta, com exceção daquelas em que houve intervenções verbais de sua parte;
- (C) caso o psicólogo adapte instrumentais técnicos que não sejam adequados ao que se

propõe a investigar, deve informar imediatamente ao usuário ou beneficiário;

(D) a linguagem nos documentos deve ser precisa, clara, inteligível e concisa, relatando todas as informações obtidas durante o processo de avaliação;

(E) o processo de avaliação psicológica deve considerar que as questões de ordem psicológica têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, constituindo-se elas como elementos de subjetivação.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O DOCUMENTO deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do seu objeto de estudo.

(B) **INCORRETA.** Mesmo quando houve intervenção de sua parte, o psicólogo deve se basear nos instrumentos técnicos.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo deve usar instrumentos adequados para o que está sendo proposto a avaliar.

(D) **INCORRETA.** A linguagem nos documentos deve ser precisa, clara, inteligível e concisa, ou seja, deve-se restringir pontualmente às informações que se fizerem necessárias, recusando qualquer tipo de consideração que não tenha relação com a finalidade do documento específico.

(E) **CORRETA.** O processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo as mesmas elementos constitutivos no processo de subjetivação.

**24. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** A Resolução CFP 001/99 estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. De acordo com essa Resolução, o psicólogo procurado por um paciente homossexual deverá:

(A) recusar o paciente já que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

- (B) recomendar o tratamento se confirmada a ocorrência de comportamentos ou práticas de homossexualismo;
- (C) aceitar o paciente sem abordar na terapia suas práticas sexuais desviantes da norma estabelecida socioculturalmente;
- (D) aceitar o paciente, considerando que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, que deve ser compreendida na sua totalidade;
- (E) sugerir a inserção do paciente em terapia de grupo para uma reflexão sobre o preconceito e a superação de discriminações e estigmatizações.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Mesmo que a homossexualidade não seja vista como doença, distúrbio ou perversão, isso não é motivo para recusar o paciente.
- (B) **INCORRETA.** O psicólogo não recomendar o tratamento apenas pelo paciente ser homossexual.
- (C) **INCORRETA.** O psicólogo pode sim abordar em terapia a homossexualidade, mesmo não deve encarar as práticas sexuais homossexuais como desviantes da norma estabelecida socioculturalmente.
- (D) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.
- (E) **INCORRETA.** O psicólogo não deve sugerir uma terapia de grupo.

**25. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é seu dever fundamental:

- (A) prestar serviços psicológicos de qualidade, devendo comunicar ao seu conselho, num prazo máximo de um mês, caso se utilize de técnicas ainda não reconhecidas na legislação profissional;
- (B) prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

- (C) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado, mediante pagamento por seus serviços;
- (D) informar os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo todas as informações neles obtidas para a tomada de decisões que afetam o usuário ou beneficiário;
- (E) preservar uma relação colaborativa com outro profissional psicólogo, levando ao conhecimento das instâncias competentes somente os casos de exercício ilegal ou irregular da profissão.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Não se deve fazer uso de técnicas não reconhecidas pela legislação profissional.
- (B) **CORRETA.** É um dever fundamental trazido pelo Código de Ética.
- (C) **INCORRETA.** Deve fornecer as informações, não sendo vinculado ao pagamento por seus serviços.
- (D) **INCORRETA.** Deve transmitir somente o necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário/beneficiário.
- (E) **INCORRETA.** O psicólogo deve levar ao conhecimento das autoridades competentes qualquer tipo de falta ética de que tenha ciência.

- 26. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** Há situações em que o psicólogo pode se deparar com o conflito entre o sigilo profissional e os valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos. Em casos assim, de acordo com o Código de Ética Profissional, ele poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca: (A) da liberdade;
- (B) da dignidade;
- (C) do bem-estar;
- (D) de seu benefício;
- (E) do menor prejuízo.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pela liberdade.
- (B) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pela dignidade.
- (C) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pelo bem-estar.
- (D) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pelo seu benefício.
- (E) **CORRETA.** A quebra do sigilo deve se basear na busca do menor prejuízo.

**27. (FUNARTE – FGV – 2014)** A Resolução nº 02/01 do Conselho Federal de Psicologia, que trata da Concessão e Registro do Título Profissional de Especialista em Psicologia nos Conselhos Regionais de Psicologia, definiu, entre as especialidades que poderão receber esse título, a do psicólogo especialista em psicologia do esporte. De acordo com a resolução, é atribuição desse profissional:

- (A) o treinamento esportivo de pacientes psiquiátricos e de pessoas com necessidades especiais físicas e cognitivas, incluindo idosos;
- (B) o assessoramento de atletas nas questões contratuais atinentes ao desenvolvimento de uma carreira profissional;
- (C) a produção de pareceres psicológicos que subsidiem decisões de técnicos e dirigentes no desligamento de atletas inaptos;
- (D) a orientação da efetivação do esporte não competitivo de caráter profilático e recreacional, para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos;
- (E) o uso das atividades esportivas de equipe como técnica de terapia grupal em programas de reabilitação de dependência química de adolescentes e adultos jovens.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** A atuação do psicólogo do esporte está voltada tanto para o esporte de alto rendimento.
- (B) **INCORRETA.** A atuação visa ajudar atletas, técnicos e comissões técnicas a fazerem uso de princípios psicológicos para alcançar um nível ótimo de saúde mental, maximizar rendimento e otimizar a performance.
- (C) **INCORRETA.** Sua atuação é tanto diagnóstica, desenvolvendo e aplicando instrumentos para determinação de perfil individual e coletivo, capacidade motora e cognitiva voltada para a prática esportiva, quanto interventiva atuando diretamente na transformação de padrões de comportamento que interferem na prática da atividade física regular e/ou competitiva.
- (D) **CORRETA.** Orienta a efetivação do esporte não competitivo de caráter profilático e recreacional, para conseguir o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.
- (E) **INCORRETA.** Não é voltada especificamente para dependentes químicos.

**28. (FUNARTE – FGV – 2014)** O psicólogo comete infração ao Código de Ética na seguinte situação:

- (A) prestar serviço profissional em situação de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal;
- (B) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional;
- (C) pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;
- (D) estipular o valor da remuneração de acordo com as características de sua atividade e comunicá-lo ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

(E) intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, numa situação de trabalho multiprofissional em que a intervenção faz parte da metodologia adotada.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** É um dever fundamental.
- (B) **INCORRETA.** É um dever fundamental.
- (C) **CORRETA.** Constitui falta ética.
- (D) **INCORRETA.** O psicólogo deve ter essa atitude.
- (E) **INCORRETA.** É uma das possibilidades de intervenção do psicólogo, segundo o Código de Ética.

**29. (FUNARTE – FGV – 2014)** Em meio ao trabalho de grupo com jovens artistas, um deles procurou o psicólogo para falar, em particular, que já revendeu pequena quantidade de drogas para o sustento próprio e de sua família. Acrescentou que, apesar de não continuar com essa prática, alguns membros de seu grupo tomaram conhecimento e agora o pressionam a vender maconha para eles. Mesmo sem saber o que fazer por ora, o jovem pediu ao psicólogo que mantenha o sigilo e não abra o assunto para os demais envolvidos. Diante dessa situação e com base no Código de Ética, o psicólogo:

- (A) deve quebrar o sigilo, haja vista a presença do consumo e do comércio ilegal de maconha;
- (B) pode quebrar o sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo;
- (C) deve quebrar o sigilo, porém, somente para os membros que pressionam o jovem que confidenciou ao psicólogo;
- (D) deve quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem; (E) não pode quebrar o sigilo em nenhuma hipótese.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O psicólogo não tem o dever de quebrar o sigilo.

- (B) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.
- (C) **INCORRETA.** O psicólogo não deve, necessariamente, quebrar o sigilo.
- (D) **INCORRETA.** O psicólogo não deve necessariamente quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem.
- (E) **INCORRETA.** O psicólogo pode optar pela quebra de sigilo na busca do menor prejuízo.

**30. (AL/MT – FGV – 2013)**

Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

- (A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.
- (B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o custo do investimento, resolve dar continuidade a seu trabalho.
- (C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.
- (D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.
- (E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, investiu em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

**COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** A suspensão é por 30 dias.
- (B) **INCORRETA.** A técnica precisa ser regularizada.

- (C) **INCORRETA.** O psicólogo não pode destruir o material arquivado, devendo lacrá-lo para posterior uso de seu substituto.
- (D) **CORRETA.** O psicólogo pode decidir pela quebra do sigilo na busca pelo menor prejuízo.
- (E) **INCORRETA.** Não se deve fazer uso do prego como forma de propaganda.

**31. (AL/MT – FGV – 2013)**

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, indique a conduta adequada.

- (A) Após a entrevista de triagem, é permitido ao psicólogo sugerir o encaminhamento de paciente para outra instituição em que trabalhe, desde que de comum acordo com o paciente.
- (B) Um psicólogo iniciou o trabalho, acertando um valor que considerou justo e que acordou com o paciente. Ao ter mais detalhes sobre a situação financeira do paciente, decidiu cobrar mais pelas sessões do que o previamente acordado.
- (C) Durante uma greve dos funcionários, os profissionais de psicologia decidiram manter os atendimentos emergenciais e avisar aos outros pacientes da interrupção do atendimento por um determinado período.
- (D) Numa situação emergencial, os psicólogos convocados para ajudar os moradores que perderam suas casas, se recusaram a trabalhar ou disseram que só trabalhariam se fosse pago um adicional pelos serviços prestados.
- (E) Um psicólogo foi solicitado pelo gerente de uma empresa a administrar um curso de capacitação para funcionários administrativos que iriam aplicar testes em um processo seletivo.

**COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** Mesmo com concordância do paciente, constitui falta ética.

- (B) **INCORRETA.** Constitui falta ética alterar o preço do serviço após o valor previamente acordado.
- (C) **CORRETA.** Conduta indicada pelo Código de Ética.
- (D) **INCORRETA.** É dever prestar serviço em situações de emergência, sem visar benefício pessoal.
- (E) **INCORRETA.** É falta ética facilitar ou contribuir para o uso de testes psicológicos por profissionais não psicólogos.

**32. (AL/MT – FGV – 2013)**

Segundo a Resolução 007/03 do Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo, no exercício profissional, elabora documentos.

Sobre essa atividade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Parecer é documento que resume uma questão focal do campo psicológico, com a devida fundamentação.
- II. Declaração é documento que informa a ocorrência de um fato do campo psicológico, analisando sintomas e o estado do paciente.
- III. Atestado é o documento que indica se o solicitante está apto ou não para realizar atividade específica, sendo usado para justificar faltas ou impedimentos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

**COMENTÁRIOS:**

Assertiva I: **CORRETA.** De acordo com a definição.

Assertiva II: **INCORRETA.** Na declaração não podem constar sintomas do paciente.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com a definição.

**RESPOSTA: E.**

**33. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV – 2013)**

Uma das atribuições do psicólogo em sua prática cotidiana é a elaboração de documentos. Sobre a elaboração de documentos, de acordo com a Resolução n. 07/03, do Conselho Federal de Psicologia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autenticidade do documento exige o parecer psicológico e a assinatura do parecerista.
- (B) O planejamento do material (testes/material ludoterápico) a ser utilizado em um processo de avaliação deve ser o mais homogêneo possível.
- (C) A declaração psicológica tem o objetivo de atestar fatos e situações, devendo incluir o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.
- (D) O parecer psicológico é um documento que deve avaliar o solicitante da maneira mais ampla possível considerando situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais.
- (E) O parecer psicológico deve incluir a identificação, a exposição de motivos, a análise e a conclusão.

**COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** O parecer nem sempre é necessário.
- (B) **INCORRETA.** O material deve ser variado.
- (C) **INCORRETA.** Na declaração não deve aparecer sintomas.
- (D) **INCORRETA.** A assertiva traz o conceito de relatório/laudo.
- (E) **CORRETA.** São itens do parecer.

**34. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV – 2013)** O Código de Ética Profissional do Psicólogo contém algumas disposições relativas à ética em pesquisa.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo deve avaliar os riscos envolvidos durante a realização dos procedimentos e durante a transmissão dos resultados.

II. O psicólogo deve garantir a participação voluntária por meio de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

III. O psicólogo deve assumir o compromisso da transmissão obrigatória dos resultados da pesquisa aos indivíduos ou grupos envolvidos.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **CORRETA.** São recomendações do CFP.

Assertiva II: **CORRETA.** De acordo com o Código.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com o Código.

**RESPOSTA: E.**

**35. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV - 2013)** Um psicólogo foi solicitado a dar um atestado para um funcionário que solicitou dispensa de algumas atividades em um projeto específico, dizendo-se incapacitado para realizá-las.

O funcionário em questão era visto como um bom profissional, se mostrando empenhado nas tarefas e cumpridor de seus compromissos. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) Os atestados devem apenas justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante.

(B) O psicólogo não pode fornecer o atestado porque a Resolução n. 07/03 do CFP não explicita normas a respeito.

- (C) O psicólogo deve apenas justificar falta ou dispensa em situações específicas.
- (D) Após ouvir as razões do funcionário, o psicólogo forneceu o atestado de imediato.
- (E) O psicólogo atendeu à solicitação do funcionário após uma avaliação psicológica.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O atestado pode justificar também o sujeito estar apto ou não para certas atividades.
- (B) **INCORRETA.** A resolução traz sim especificações sobre o atestado.
- (C) **INCORRETA.** Não há especificações de situações.
- (D) **INCORRETA.** Não se pode dar um atestado de imediato, sem fazer uma avaliação.
- (E) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.

**36. (PREF. JOÃO PESSOA/PB – FGV – 2013)** De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, atividades propostas para o psicólogo educacional estão listadas a seguir:

- I. Elaborar parecer que embasa a tomada de decisão em processo sobre a guarda da criança ou do adolescente.
- II. Atender a adolescentes com problemas psicológicos e iniciar o atendimento clínico na escola.
- III. É atribuição do psicólogo escolar, desenvolver serviços de orientação profissional.

Assinale:

- (A) se somente a atividade I estiver correta.
- (B) se somente a atividade II estiver correta.
- (C) se somente a atividade III estiver correta.
- (D) se somente as atividades I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as atividades estiverem corretas.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **INCORRETA.** Não faz parte de suas atribuições.

Assertiva II: **INCORRETA.** Não faz parte de suas atribuições.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com a resolução.

**RESPOSTA: C.**

**37. (MPE/BA – FGV – 2017)** É conhecida a polêmica ocorrida há alguns anos que envolveu o posicionamento ético do Conselho Federal de Psicologia e psicólogos que pretendiam curar pacientes da orientação homossexual, caso se queixassem da mesma. No centro da discussão, encontrava-se a Resolução CFP nº 001/1999. Considerando essa resolução, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo é um profissional da saúde, sendo frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

II. A homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, fazendo parte da identidade do sujeito a forma como cada um vive sua sexualidade.

III. Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar preconceitos sociais em relação a homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

De acordo com a resolução citada, está correto o que se afirma em: (A) somente I;

(B) somente II;

(C) somente I e III;

(D) somente II e III;

(E) I, II e III.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **CORRETA.** De acordo com a resolução.

Assertiva II: **CORRETA.** De acordo com a resolução.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com a resolução.

**RESPOSTA: E.**

**38. (MPE/BA – FGV – 2017)** A Resolução CFP nº 017/2012 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos. Com base nela, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos, constelações familiares e outros instrumentos, métodos e técnicas.

II. O periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação psicológica, sendo que, em se tratando de criança, adolescente ou interdito, é necessário o consentimento formal por pelo menos um dos responsáveis legais.

III. A devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os resultados dos instrumentos e técnicas utilizados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

**COMENTÁRIOS:**

Assertiva I: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

Assertiva II: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

**RESPOSTA: E.**

**39. (MPE/BA – FGV – 2017)** Mario é psicólogo do Ministério Público (MP) e, nas horas vagas, presta serviço a uma organização onde atende clinicamente crianças vítimas de violência. Depois que faz as avaliações no MP, costuma encaminhar os casos de violência para tal organização

onde ele poderá atendê-los e, assim, a seu ver, promover a saúde mental das crianças e de seus familiares. De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Mario:

- (A) não comete infração ética se o atendimento que realiza na organização for voluntário e não remunerado;
- (B) não comete infração ética se atua como profissional de saúde na organização para onde encaminha os casos;
- (C) não comete infração ética nos casos em que ele já realizou a avaliação e concluiu seu trabalho no MP;
- (D) comete infração ética se visa benefício próprio ao desviar para a organização as pessoas que avalia no MP;
- (E) comete infração ética ao desviar para atendimento clínico pessoas que o procuram por assistência jurídica.

#### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Não importa se o atendimento é voluntário ou não.
- (B) **INCORRETA.** É falta ética se atua como profissional de saúde na organização para onde encaminha os casos.
- (C) **INCORRETA.** Não é situação prevista pelo Código.
- (D) **CORRETA.** É o previsto pelo Código.
- (E) **INCORRETA.** O fato de a busca ser por assistência jurídica não é o que constitui falta ética.

**40. (MPE/BA – FGV – 2017)** Pedro é psicólogo perito, concursado por determinado Tribunal de Justiça brasileiro, com atuação em Vara de Família. Em tumultuado processo de guarda de duas crianças, uma das partes apresenta a psicóloga Cláudia como assistente técnica no processo, exigindo que todas as intervenções psicológicas com as crianças, daquela data em diante, sejam realizadas sempre em conjunto com os dois psicólogos. Com base na Resolução nº 008/2010 do CFP, Pedro deve:

- (A) aceitar que os procedimentos sejam efetuados conjuntamente, pois os dois profissionais são regidos pelo mesmo Código de Ética Profissional;

- (B) aceitar que as intervenções sejam conjuntas, pois os profissionais podem atuar de forma complementar, o que será positivo na escuta das crianças;
- (C) recusar os procedimentos conjuntos, pois os psicólogos não necessariamente concordarão técnica e teoricamente sobre a forma de condução das intervenções;
- (D) aceitar que as intervenções aconteçam juntas, pois poderão construir conjuntamente um relatório que tenha efeito positivo na retomada do diálogo entre os pais das crianças;
- (E) recusar as intervenções conjuntas, pois o assistente técnico não deve estar presente durante os atendimentos do perito e vice-versa.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Pedro não deve aceitar.
- (B) **INCORRETA.** Pedro deve recusar.
- (C) **INCORRETA.** Pedro deve recusar, mas não por uma questão de concordância entre os dois psicólogos.
- (D) **INCORRETA.** Pedro deve recusar.
- (E) **CORRETA.** O psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado.

**41. (MPE/BA – FGV – 2017)** Dentre os listados abaixo, o documento escrito produzido pelo psicólogo que NÃO consta na Resolução nº 007/2003 do CFP é:

- (A) declaração;
- (B) pesquisa psicológica;
- (C) atestado psicológico;
- (D) laudo psicológico;
- (E) parecer psicológico.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** Consta na resolução.
- (B) **CORRETA.** Não consta na resolução.
- (C) **INCORRETA.** Consta na resolução.
- (D) **INCORRETA.** Consta na resolução.
- (E) **INCORRETA.** Consta na resolução.

**42. (MPE/BA – FGV – 2017)** A psicóloga Cristina passou a integrar como perita a equipe multiprofissional de certa Vara da Infância. Após alguns meses de trabalho, o magistrado comunicou à psicóloga que estava subordinando toda a equipe à chefia de uma analista formada em Direito, a quem todos deveriam se submeter técnica e profissionalmente. À luz da Resolução nº 017/2012 do CFP, a conduta do juiz está:

- (A) correta, pois o magistrado é o chefe hierárquico mais alto, e pode deliberar acerca de chefias intermediárias;
- (B) errada, pois só o juiz pode assumir a função de chefe a quem a psicóloga deve se subordinar técnica e profissionalmente;
- (C) errada, pois a psicóloga não deve se subordinar técnica e profissionalmente a outras áreas;
- (D) errada, pois a psicóloga deve se subordinar tecnicamente ao juiz, e profissionalmente a um chefe intermediário;
- (E) correta, pois a possibilidade de chefes intermediários é prevista no Código de Organização Judiciária.

### COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** De acordo com a resolução, a conduta do juiz está incorreta.
- (B) **INCORRETA.** A psicóloga também não deve se subordinar ao juiz.
- (C) **CORRETA.** De acordo com a resolução.
- (D) **INCORRETA.** O psicólogo não deve se subordinar tecnicamente ao juiz, e profissionalmente a um chefe intermediário.

(E) **INCORRETA.** Não está de acordo com a resolução.

**43. (DPE/RJ – FGV – 2014)** Um laudo realizado pelo psicólogo a pedido do defensor foi contestado e corre risco de ser impugnado pelo fato de não estar de acordo com a Resolução 08/2010 nem com o manual de elaboração de documentos (Resolução 07/2003), estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia. O trecho abaixo que serviu de justificativa para o pedido de impugnação foi

(A) “a mãe vê-se obrigada a ‘terceirizar’ os cuidados em relação à criança por causa do trabalho, fazendo a ressalva de que, em breve, mudará de emprego, exigindo-lhe mais tempo longe do lar. Contudo, ela garante que a avó coabitará com ela, de maneira que ficará disponível para ajudá-la nos cuidados, embora a criança não esteja habituada a conviver com ela”.

(B) “é notório o sofrimento da criança ao criticar o pai. Sem expor uma razão plausível para tanto, ela demonstra certa confusão ao dizer que seu pai é o padrasto. Daí se supõe a existência de conflito de lealdade exclusiva, sendo conveniente a retomada da convivência com o pai o mais breve possível”.

(C) “é importante frisar que, apesar de seu relato inicial, a criança possui relação de afeto com a mãe e com o pai. Em contrapartida, não possui boa relação com o padrasto, nem tampouco parece sentir-se segura em sua companhia.”

(D) “a criança ficará exposta à situação delicada caso permaneça sob a guarda da mãe. Por sua vez, o pai tem tempo disponível e conta com o apoio familiar, além de se mostrar zeloso por sua filha. Desse modo, o mais indicado é que a filha fique sob a guarda do pai, devendo ser regulamentada a visita com a mãe.”

(E) “é igualmente indicado a ambas as partes que a criança deixe de ser envolvida no presente processo e nos diversos conflitos que compõem o litígio”.

## COMENTÁRIOS:

- (A) **INCORRETA.** O trecho está de acordo com a resolução.
- (B) **INCORRETA.** O trecho está de acordo com a resolução.
- (C) **INCORRETA.** O trecho está de acordo com a resolução.
- (D) **CORRETA.** Em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar nas decisões, que são exclusivas às atribuições dos magistrados. Portanto, o psicólogo errou ao dizer com quem a filha deveria ficar, pois essa decisão cabe ao juiz.
- (E) **INCORRETA.** O trecho está de acordo com a resolução.

**44. (FIOCRUZ – FGV – 2010)** Uma psicóloga recém-formada atendia uma paciente numa clínica social. Considerando que o atendimento nesse local não satisfazia da melhor maneira o bem-estar de seu paciente, em função dos horários e do deslocamento necessário, consultou a paciente sobre a possibilidade de ser atendida em seu consultório particular, que teria uma melhor localização e onde poderiam dispor de mais horários. Combinada a mudança, e de comum acordo com a paciente, fez um aumento mínimo no preço que era cobrado na clínica. Como não avisou a instituição, o horário foi mantido durante 2 meses, sendo cobrado o montante das sessões à paciente, que só então explicou que não estava mais sendo atendida na clínica. Considere as alternativas a seguir:

- I. não houve nenhuma falha grave, uma vez a psicóloga evidenciou interesse pelo bem-estar de seu paciente, que era limitado por horários e deslocamento;
- II. o aumento mínimo sobre o preço reduzido anteriormente cobrado, realizado de comum acordo com a paciente, evidenciou que não houve tentativa de obter benefícios com a derivação para seu consultório particular;
- III. qualquer modificação no procedimento deveria ser previamente autorizada pela coordenação da clínica e comunicada à secretaria da instituição;

IV. a psicóloga poderia estar cometendo abuso de poder;

V. a psicóloga feriu o Código de Ética Profissional;

Assinale:

(A) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.

(B) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

(C) se apenas a alternativa IV estiver correta.

(D) se apenas a alternativa V estiver correta.

(E) se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **INCORRETA.** A atitude de encaminhar para consultório particular fere o Código de Ética.

Assertiva II: **INCORRETA.** Mesmo com aumento mínimo, constitui falta ética.

Assertiva III: **INCORRETA.** Ter comunicado e pedido autorização da clínica não descaracteriza a falta ética.

Assertiva IV: **CORRETA.** Pode ter sido abuso de poder.

Assertiva V: **CORRETA.** A psicóloga cometeu falta ética.

**RESPOSTA: E.**

**45. (FIOCRUZ – FGV – 2010)** Uma psicóloga foi procurada por uma mãe evangélica, solicitando atendimento para seu filho de 8 anos, que estaria apresentando problemas na orientação sexual. Segundo informações da mãe, o menino gostava de se vestir como menina e se pintar, o que estaria causando problemas na família e na comunidade, o que o retraía nas brincadeiras com as outras crianças e levava a crises de choro. Levado o problema ao pastor da igreja que freqüentava, foi sugerido que buscasse atendimento psicológico. Avalie as alternativas abaixo e marque a correta:

(A) em vista da condição de evangélica da mãe, a psicóloga aceitou o caso, prometendo trabalhar a questão da orientação sexual com a criança.

(B) a psicóloga não aceitou o caso, uma vez que o pedido fere o Código de Ética Profissional.

(C) a psicóloga aceitou o caso, explicando à mãe que a questão a ser trabalhada não seria a orientação de gênero, mas o sofrimento da criança, oriundo da estigmatização que ela vinha sofrendo.

(D) a psicóloga sugeriu que a mãe procurasse um serviço de Endocrinologia, uma vez que a criança poderia sofrer de um distúrbio hormonal.

(E) a psicóloga sugeriu que a mãe procurasse um terapeuta de orientação evangélica, os quais costumam trabalhar essas questões.

### COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Seria contra as recomendações do CFP aceitar o caso baseando-se na religião para trabalhar o homossexualismo.

(B) **INCORRETA.** A psicóloga não precisa necessariamente rejeitar o caso.

(C) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP sobre homossexualidade.

(D) **INCORRETA.** Não tem a ver com as recomendações do CFP.

(E) **INCORRETA.** Não tem a ver com as recomendações do CFP.

**46. (ALBA – FGV – 2014)** Um psicólogo soube que uma empresa estava contratando estagiários de diferentes cursos de graduação para fazer aplicações de inventários de personalidade. Os estagiários

trabalhavam supervisionados por uma psicóloga, que organizava um período inicial de treinamento, durante o qual aprendiam a utilizar diferentes técnicas. A empresa funcionava terceirizada, prestando serviços e consultoria para várias outras empresas, com bastante sucesso.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo comunicou a situação ao Conselho Federal de Psicologia.

II. O psicólogo resolveu não tomar nenhuma medida, uma vez que a psicóloga parecia cuidadosa e treinava os estagiários para realizar os procedimentos.

III. O psicólogo enviou uma carta à empresa, explicando que a psicóloga estava ferindo o Código de Ética Profissional do psicólogo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **CORRETA.** O psicólogo deve fazer denúncia ao CFP.

Assertiva II: **INCORRETA.** O psicólogo é obrigado a fazer denúncia, não devendo ser conivente.

Assertiva III: **INCORRETA.** Não é a conduta indicada pelo CFP.

**RESPOSTA: A.**

**47.( ALBA FGV – 2014)** Sobre as normas para a elaboração de documentos escritos,

segundo o Conselho Federal de Psicologia, assinale a afirmativa correta

(A) Os documentos escritos compreendem as declarações, os atestados e os laudos psicológicos.

(B) As declarações devem incluir dados relativos à frequência às sessões, período de atendimento e motivos ou sintomas do comparecimento do solicitante.

(C) O laudo psicológico objetiva responder a uma questão específica.

(D) Os termos técnicos utilizados no laudo psicológico devem incluir explicações retiradas dos fundamentos teórico filosóficos que os sustentam.

(E) Os documentos escritos, bem como o material que os fundamentaram devem ser guardados por um período mínimo de 10 anos.

**COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** O parecer também faz parte.  
(B) **INCORRETA.** As declarações não devem fazer menção aos sintomas.  
(C) **INCORRETA.** A assertiva traz a descrição do parecer.  
(D) **CORRETA.** De acordo com a resolução nº 007/2003.  
(E) **INCORRETA.** Devem ser guardados por no mínimo 5 anos.

**48. (ALBA – FGV – 2014)**

Com o objetivo de auxiliar em uma decisão, foi solicitada a um psicólogo especialista em famílias, a elaboração de um parecer psicológico. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O parecer deve responder a quesitos específicos.  
II. O parecer deve começar por uma ampla avaliação sobre o problema que motivou a solicitação.  
III. O parecer deve atender às orientações do CFP para a elaboração de laudos psicológicos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.  
(B) se somente a afirmativa II estiver correta.  
(C) se somente a afirmativa III estiver correta.  
(D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**COMENTÁRIOS:**

Assertiva I: **CORRETA.** O parecer deve responder a todos os quesitos formulados.

Assertiva II: **INCORRETA.** Ampla avaliação sobre o problema faz parte do relatório ou laudo.

Assertiva III: **INCORRETA.** O CFP dá orientação específicas para o parecer.

**RESPOSTA: A.**

**49. (ALBA – FGV – 2014)** O Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamentou o atendimento on-line por meio da Resolução nº 011/2012.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Testes psicológicos on-line são proibidos.
- (B) O atendimento a crianças e adolescentes on-line deverá seguir os critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) O atendimento virtual deverá ser realizado em até 30 encontros virtuais.
- (D) A permissão para a permanência no ar de um site autorizado pelo CFP será de cinco anos, renováveis por igual período.
- (E) No caso do atendimento on-line, é autorizado a remuneração ao participante de pesquisas.

**COMENTÁRIOS:**

- (A) **INCORRETA.** Não são proibidos.
- (B) **CORRETA.** De acordo com as orientações do CFP.
- (C) **INCORRETA.** Devem acontecer até 20 encontros.
- (D) **INCORRETA.** A permissão de funcionamento do site mediante cadastro terá a duração de 3 (três) anos renováveis por igual período.
- (E) **INCORRETA.** A pesquisa deve ter caráter voluntário.

**50. (ALBA – FGV – 2014)** Um psicólogo foi convocado para trabalhar em uma situação emergencial, em que se configurava calamidade pública.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O psicólogo condicionou seu comparecimento ao pagamento de horas-extra.
- II. O psicólogo compareceu ao local solicitado, respondendo à convocação.
- III. O psicólogo condicionou seu comparecimento ao recebimento de alguma vantagem, como abono de férias ou contagem de dias para licença prêmio.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas II e III estiverem corretas.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **INCORRETA.** O psicólogo deve comparecer sem visar benefício pessoal.

Assertiva II: **CORRETA.** É dever do psicólogo comparecer.

Assertiva III: **INCORRETA.** O psicólogo deve comparecer sem visar benefício pessoal.

**RESPOSTA: B.**



Pessoal, a aula de hoje foi um breve aquecimento para o nosso curso. Espero que você tenha se animado de continuar! A resolução de questões é muito importante para fixar o conteúdo e te ajudará muito a se preparar para o dia da prova. Ainda mais quando direcionada especificamente para a banca.

Até o nosso próximo encontro!

Abrço,

Prof. Marina Beccalli

***Instagram: @marinapbeccalli***

***Facebook: Marina Beccalli***

***Email: marinapbeccalli@gmail.com***



**1. (TJ/PI – FGV – 2015)** Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

- (A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;
- (B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;
- (C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;
- (D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;
- (E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

**2. (FGV- AL/MT – 2013)** Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a alternativa que indica o procedimento correto.

- (F) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.

- (G) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o curto do investimento, resolve dar continuidade ao seu trabalho.
- (H) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.
- (I) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.
- (J) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

**3. (TJ/AM – FGV – 2013)** De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

- (F) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.
- (G) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.
- (H) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.
- (I) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.
- (J) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

**4. (TJ/AM – FGV – 2013)** Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do

processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (F) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.
- (G) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.
- (H) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.
- (I) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.
- (J) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

**5. (TJ/PI – FGV – 2015)** Pedro é psicólogo em Tribunal deste Estado e atua em Vara de Família. Ele foi responsável pela elaboração do estudo psicológico no processo movido por Orlando contra sua ex-mulher, Fernanda, objetivando a guarda da filha de ambos, Michele, 4 anos. Fernanda, diante do estudo psicológico apresentado, contratou uma psicóloga como assistente técnica, que elaborou diversos quesitos ao psicólogo perito, mas Pedro se recusou a esclarecê-los, alegando que deve responder tão somente aos quesitos previamente apresentados pelo Ministério Público. À luz da Resolução nº 008/2010 do CFP, Pedro:

- (A) não deve responder às formulações da assistente técnica, pois apenas o Ministério Público pode elaborar quesitos;
- (B) deve responder às questões propostas pela assistente técnica, pois assistentes técnicos podem formular quesitos aos peritos;
- (C) não deve responder às perguntas da assistente técnica, pois apenas o magistrado e o Ministério Público podem formular quesitos;
- (D) deve responder às perguntas da assistente técnica, se o Ministério Público autorizar expressamente;

(E) deve responder às perguntas da assistente técnica, se o autor do processo concordar com as quesitações formuladas.

**6. (TJ/PI – FGV – 2015)** Gustavo e sua esposa Lídia são acompanhados em terapia de casal pela psicóloga Analice há muito anos. Recentemente Gustavo decidiu que se separará de Lídia e solicitou que a psicóloga elaborasse declaração psicológica sobre os sintomas e o prognóstico da dinâmica conjugal, para ser apresentado no processo de guarda dos filhos do casal. Diante da Resolução nº 007/2003 do CFP, Analice:

(A) pode atender plenamente a demanda de Gustavo, desde que conte com a anuência expressa de Lídia, circunscrevendo-se especificamente ao prognóstico da dinâmica;

(B) pode atender parcialmente a demanda de Gustavo, na hipótese de que Lídia consinta tacitamente com o pedido, limitando-se à avaliação das dificuldades enfrentadas pelo casal no processo terapêutico;

(C) não pode atender ao pedido de Gustavo, pois segundo a Resolução nº 008/2001, o documento hábil para afirmar sobre as condições psicológicas do solicitante é o "atestado psicológico";

(D) não deve atender à solicitação de Gustavo, pois a declaração psicológica visa informar fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico, não devendo conter o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos;

(E) pode atender totalmente à solicitação de Gustavo diante do consentimento tácito de Lídia, desde que se detenha à avaliação sintomatológica do comportamento do casal.

**7. (TJ/PI – FGV – 2015)** Fernanda, 14 anos, revelou a sua professora que vem sendo assediada sexualmente por seu padrasto. Diante dessa informação, foi acionado o sistema de proteção e indicado que Fernanda se submetesse à Escuta Especial, outrora denominada Depoimento sem Dano. Com relação a esse procedimento, o Conselho Federal de Psicologia:

- (A) se manifesta favoravelmente, pois a preocupação com a metodologia da Escuta Especial demonstra a preocupação do Judiciário em prestar atendimento de forma humanizada e a escuta psicológica é fundamental nesse processo;
- (B) se manifesta desfavoravelmente, pois o psicólogo não deve atuar como inquiridor, devendo ele defender que a criança não seja a responsável pela produção da prova que visa à punição do infrator;
- (C) considera positivamente a Escuta Especial, pois o juiz não possui formação específica para abordagem sobre a violência praticada contra crianças e o psicólogo, como auxiliar do Juízo, deve intervir de forma a humanizar o depoimento;
- (D) se posiciona contrariamente ao procedimento Depoimento sem Dano / Escuta Especial, pois considera que deve ser realizada a capacitação e o treinamento dos juízes diante do tema, os quais deverão atuar em varas especializadas no assunto;
- (E) respalda a Escuta Especial, pois o procedimento visa a garantir e proteger os direitos das crianças/adolescentes quando, ao serem ouvidas em Juízo, sua palavra é valorizada através da inquirição que respeita sua condição de pessoa em desenvolvimento.

**8. (TJ/PI – FGV – 2015)** Relacione os documentos psicológicos com suas respectivas definições e finalidades, conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO CFP N.º 007/2003:

1. Declaração.
2. Atestado.
3. Relatório.
4. Parecer.

( ) Documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita. A formulação deve restringir-se à informação solicitada pelo requerente, contendo expressamente o fato constatado.

( ) Documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. É uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

( ) Documento que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico. Não deve ser feito o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.

( ) Apresentação descritiva acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica.

A sequência correta é:

(A) 1, 2, 3 e 4;

(B) 1, 2, 4 e 3;

(C) 1, 4, 2 e 3;

(D) 2, 3, 1 e 4;

(E) 2, 4, 1 e 3.

**9. (TJ/RO – FGV – 2015)** Luciana iniciou o trabalho como psicóloga do Tribunal de Justiça e precisa saber como organizar os laudos decorrentes de suas avaliações psicológicas. Para tanto, consultou a Resolução CFP nº 001/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Segundo a resolução:

(A) o registro documental em papel ou digitalizado tem caráter público quando se tratar de atendimento realizado em instituição pública;

(B) os documentos agrupados nos registros devem contemplar identificação do usuário, procedimentos técnico-científico realizados, diagnóstico e prognóstico;

(C) a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo, da equipe multiprofissional do caso atendido e do chefe de setor imediato;

(D) o registro documental serve como meio de prova idônea para processos disciplinares e defesa legal;

(E) fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso parcial, mediante autorização do psicólogo, às informações registradas em seu prontuário.

**10. (TJ/RO – FGV – 2015)** Um juiz encaminha ao psicólogo uma criança cujos pais disputam a guarda para a realização de perícia. Com base nas resoluções CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos, e CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, é correto afirmar que:

(A) o trabalho pericial terá como garantia o princípio fundamental de bem-estar exclusivo da criança;

(B) o periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação pericial psicológica;

(C) quando a pessoa atendida for criança, é necessário o consentimento formal de pelos menos um dos genitores, mesmo não sendo o responsável legal;

(D) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para a síntese da demanda inicial, explicitação dos procedimentos utilizados, o diagnóstico e prognóstico;

(E) em seu relatório, o psicólogo perito pode adentrar as decisões judiciais referentes à guarda da criança.

**11. (TJ/RO – FGV – 2015)** Elisa é psicóloga clínica. Em seu consultório atende Marília, que está se separando de Oscar, seu companheiro há 10 anos e com quem possui uma filha, Clara, de 6 anos. Diante dos conflitos advindos da separação, Marília pergunta se Elisa poderá atuar como perita ou assistente técnica em seu processo de separação. À luz das Resoluções do CFP nº 017/2012 e nº 008/2010, Elisa:

(A) poderá atuar tanto como perita quanto como assistente técnica no processo apenas se houver consentimento expresso de Oscar;

(B) somente poderá atuar como perita no processo;

- (C) somente poderá atuar como assistente técnica no processo;
- (D) não poderá atuar nem como perita nem como assistente técnica no processo;
- (E) poderá atuar como perita e/ou como assistente técnica, independentemente da autorização de Oscar.

**12. (TJ/RO – FGV – 2015)** Cláudia atua como psicóloga na instituição de acolhimento Paz e Vida, de cunho religioso, que atende meninos de 12 aos 18 anos incompletos. No início desse ano, o adolescente Evandro, 16 anos, foi acolhido na instituição por se encontrar em situação de rua. O ingresso do adolescente no ambiente institucional causou grande constrangimento, pois o jovem se declara abertamente homossexual, o que conduziu Miguel, dirigente da instituição, a solicitar que Cláudia desenvolva estratégias para que Evandro possa superar a homossexualidade. Diante da demanda de Miguel e à luz da Resolução do CFP nº 001/1999, Cláudia:

- (A) poderá encaminhar Evandro para a rede de saúde existente no município, visando ajudá-lo a superar a homossexualidade;
- (B) deverá atender psicoterapeuticamente Evandro, auxiliando-o a compreender e superar os desejos homoafetivos;
- (C) deverá buscar profissional especializado em sexologia, de forma a minimizar os conflitos decorrentes da psicopatologia;
- (D) poderá desenvolver intervenções institucionais no abrigo, visando ressignificar a visão de doença, perversão e desvio presentes no discurso do dirigente;
- (E) poderá atender psicoterapeuticamente Evandro e sua família biológica, buscando compreender a origem do comportamento e buscar sua transformação.

**13. (TJ/GO – FGV – 2014)** Ao receber as pessoas encaminhadas para serem avaliadas, por determinação judicial, o psicólogo percebeu que

uma delas foi seu chefe na instituição onde trabalhou antes de ingressar no tribunal. O psicólogo:

- (A) poderá realizar a avaliação psicológica, já que não existe mais vínculo com tal pessoa;
- (B) poderá realizar a avaliação psicológica, caso não possua vínculos pessoais com tal pessoa;
- (C) deverá realizar a avaliação psicológica, sob risco de descumprir a determinação judicial;
- (D) não poderá realizar a avaliação psicológica, haja vista os vínculos pessoais ou profissionais poderem afetar o trabalho;
- (E) não poderá realizar a avaliação psicológica, tendo em vista a relação hierárquica anterior entre ele e a pessoa.

**14. (TJ/GO – FGV – 2014)** A Resolução CFP nº 008/2010 foi criada com o objetivo de dispor sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Segundo tal documento:

- (A) o psicólogo assistente técnico pode estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito, sendo vedado o contrário;
- (B) a relação entre os profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências, sendo vedado ao assistente técnico formular quesitos ao psicólogo perito;
- (C) o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, excetuando-se visitas domiciliares e institucionais, devendo estas serem feitas de forma interdisciplinar;
- (D) em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar as decisões, atribuição exclusiva dos magistrados;

(E) é vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio atuar como perito, não havendo impedimento para o assistente técnico, desde que não interfira na qualidade e na dinâmica do serviço realizado.

**15. (TJ/GO – FGV – 2014)** A Resolução CFP Nº 007/2003 institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, tendo como objetivo orientar o profissional na confecção de documentos e fornecer os subsídios éticos e técnicos necessários para a elaboração qualificada da comunicação escrita. Nela, encontram-se as finalidades distintas entre relatório e parecer, sendo que:

(A) o primeiro visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico, e o segundo visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;

(B) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a declarar o acompanhamento psicológico do atendido e as informações sobre as condições do atendimento;

(C) o primeiro visa a fundamentar sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo, e o segundo visa a fornecer as informações necessárias relacionadas à demanda, solicitação ou petição;

(D) o primeiro visa a relatar sobre o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso, e o segundo, fornecer esclarecimento, de forma focal, sobre orientação e sugestão de projeto terapêutico;

(E) o primeiro visa a apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo da avaliação psicológica, e o segundo visa a apresentar resposta esclarecedora de uma questão problema, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão.

**16. (DPE/MT – FGV – 2015)** Ana Maria, psicóloga concursada do Tribunal de Justiça, foi designada para elaborar laudo acerca de disputa litigiosa de guarda de filhos. No decorrer das entrevistas com os pais, Ana Maria tomou conhecimento de que a mãe das crianças fora vítima de abuso sexual na infância. À luz da Resolução nº 007/2003, assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado na confecção do laudo.

(A) Deve mencionar o abuso sexual sofrido pela mãe das crianças, bem como sobre qualquer outra informação colhida nas entrevistas, pois podem se revelar úteis para o julgador.

(B) Não deve mencionar o abuso sexual sofrido pela mãe das crianças, limitando-se a fornecer as informações necessárias à demanda do caso.

(C) Deve mencionar o abuso sexual a que a mãe das crianças foi submetida, mas apenas após realizar devolutiva ética e encaminhar a família para atendimento psicoterápico.

(D) Deve mencionar o abuso sexual de que a mãe das crianças foi vítima apenas se contar com autorização formal da vítima sobre a divulgação.

(E) Não deve revelar o abuso sexual perpetrado contra a mãe das crianças, pois não é do conhecimento do ex-marido e isso pode ser um elemento potencializador de litígio.

**17. (DPE/MT – FGV – 2015)** Em processo de Vara de Infância e Juventude, foi designada a realização de perícia psicológica e social pelo Juízo. Na especificidade do caso, as peritas psicóloga e assistente social, responsáveis pela avaliação, estabeleceram que algumas intervenções fossem realizadas em conjunto. O advogado de uma das partes, entretanto, questionou tais procedimentos, alegando que as intervenções não poderiam ocorrer conjuntamente. Em consonância com o disposto na Resolução 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), assinale a afirmativa correta.

- (A) O advogado está correto em sua análise, pois as intervenções do psicólogo e da assistente social deverão forçosamente ocorrer separadas, na preservação da especificidade de suas formações profissionais.
- (B) O advogado está errado em sua análise, pois o psicólogo perito poderá atuar em equipe técnica multiprofissional, desde que preserve sua especificidade e o limite de intervenção, não se submetendo técnica e profissionalmente a outras áreas.
- (C) O advogado está correto em sua análise, pois a deliberação sobre a pertinência ou não de quaisquer intervenções conjuntas é atribuição exclusiva do Juiz, não cabendo às profissionais tal iniciativa.
- (D) O advogado está correto em sua análise, pois qualquer intervenção conjunta pode interferir e prejudicar o direito ao contraditório e ampla defesa e portanto tem que ser fiscalizada pelos operadores de direito legitimamente interessados no processo.
- (E) O advogado está errado em sua análise, pois o perito psicólogo pode atuar conjuntamente com a perita assistente social, desde que se submeta tecnicamente às conclusões da assistente social sobre as dimensões sociais do caso em estudo.

**18. (DPE/MT – FGV – 2015)** Frederico e Márcia foram encaminhados à avaliação psicológica na medida em que vivenciam um processo conflituoso de disputa de guarda em relação à filha que, em razão do litígio, vem sofrendo intensamente. A filha acredita que a sua atual madrasta foi pivô da separação de seus pais e, por isso, vem reagindo à convivência dela. Frederico nega categoricamente que isso tenha ocorrido e, nos autos, atribui o comportamento da filha à alienação parental da mãe. Nas entrevistas das partes, o psicólogo escutou os problemas pretéritos havidos no intercurso da união do casal. Em seguida, o psicólogo chamou o advogado de Frederico e comunicou que este já mantinha relacionamento com a atual companheira durante a união com Márcia. Tal conhecimento foi confidenciado por Frederico durante a entrevista e o profissional lhe avisou que daria tal informação a seu

advogado. De acordo com o código de ética profissional, ao fazer essa comunicação, o psicólogo

(A) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois além de ser absolutamente inviolável, decorreu de um gesto de confiança de Frederico ao confidenciar algo durante a entrevista psicológica.

(B) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois, no relacionamento com profissionais não psicólogos, o psicólogo não deve compartilhar informações de caráter confidencial, a menos por determinação judicial.

(C) não comete infração ética caso seja uma informação importante que definirá a guarda em favor de Marcia, em considerando que os problemas pretéritos de relacionamento devem orientar as atribuições parentais.

(D) não comete infração ética caso seja uma informação relevante para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial da comunicação, assinalando a responsabilidade do advogado de preservar o sigilo.

(E) comete necessariamente infração ética caso o psicólogo comunicasse ao advogado sem avisar Frederico e mesmo que baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

**19. (PREF. DE CUIABÁ/MT – FGV – 2015)** João possui 50 anos e é civilmente interdito desde os 30. Ele iniciou atendimento com o psicólogo que, depois de algumas entrevistas preliminares, quis procurar algum responsável legal para autorizar a continuidade do tratamento. Na medida em que nenhum responsável se apresentou, o psicólogo não viu necessidade de comunicar mais nada e deu continuidade ao tratamento. De acordo com o Código de Ética Profissional,

(A) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, endossando a incapacidade civil do paciente.

(B) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, na medida em que quebraria o sigilo profissional.

(C) o psicólogo cometeu infração ética ao continuar o tratamento sem comunicar às autoridades competentes.

- (D) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética na medida em que não se trata de paciente menor de idade.
- (E) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética haja vista não ter aparecido nenhum responsável.

**20. (TJ/SC – FGV – 2015)** Carlos e Renata estiveram casados por 5 anos, durante os quais Renata buscou ajuda psicoterápica em função de ser constantemente agredida fisicamente pelo marido. Em meio à separação conjugal, na disputa pela guarda da única filha do casal, Renata contratou a sua psicoterapeuta, Marília, como assistente técnica no processo litigioso pela guarda da menina. Segundo a Resolução nº 008/2010, do CFP, Marília:

- (A) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, por ser psicoterapeuta de Renata;
- (B) poderá atuar como assistente técnica nesse processo, desde que preserve o sigilo sobre o processo terapêutico;
- (C) poderá atuar somente como perita nesse processo, desde que na avaliação de ambos os envolvidos;
- (D) não poderá atuar como assistente técnica nesse processo, pois não conta com o consentimento de Carlos;
- (E) poderá atuar indistintamente como assistente técnica ou perita nesse processo.

**21. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** A Resolução CFP 002/2003 regulamenta os procedimentos para a avaliação dos testes psicológicos com o objetivo de melhorar a qualidade da avaliação psicológica. De acordo com essa Resolução, será considerada falta ética:

- (A) A realização de pesquisas com o emprego de testes psicológicos não aprovados pelo CFP;
- (B) A utilização de testes psicológicos em avaliações psicodiagnósticas sem prévia autorização do CFP;
- (C) a utilização de testes psicológicos que não constam na relação de testes aprovados pelo CFP;

- (D) A comercialização ou disponibilização de testes psicológicos;
- (E) A utilização de testes psicológicos para descrever ou mensurar processos psicológicos na área da personalidade.

**22. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** O responsável legal por um paciente que o psicólogo atende solicitou que fossem prestados alguns esclarecimentos à autoridade judicial para definir um processo de guarda e regulamentação de visita. De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

- (A) informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico;
- (B) comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;
- (C) opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita;
- (D) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o paciente;
- (E) resguardar o sigilo profissional e não comunicar nada ao juiz.

**23. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014)** O psicólogo, no seu exercício profissional, é amiúde solicitado a apresentar informações documentais com objetivos diversos, decorrentes de avaliação psicológica. A Resolução do Conselho Federal de Psicologia de nº 007/2003 instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos para subsidiar o psicólogo. Sobre os princípios técnicos norteadores da elaboração desses documentos, é correto afirmar que:

- (A) o documento escrito deve considerar a natureza interna e definitiva do seu objeto de estudo;
- (B) o psicólogo deve se basear nos instrumentais técnicos de entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo e escuta, com exceção daquelas em que houve intervenções verbais de sua parte;
- (C) caso o psicólogo adapte instrumentais técnicos que não sejam adequados ao que se propõe a investigar, deve informar imediatamente ao usuário ou beneficiário;

(D) a linguagem nos documentos deve ser precisa, clara, inteligível e concisa, relatando todas as informações obtidas durante o processo de avaliação;

(E) o processo de avaliação psicológica deve considerar que as questões de ordem psicológica têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, constituindo-se elas como elementos de subjetivação.

**24. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** A Resolução CFP 001/99 estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. De acordo com essa Resolução, o psicólogo procurado por um paciente homossexual deverá:

(A) recusar o paciente já que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

(B) recomendar o tratamento se confirmada a ocorrência de comportamentos ou práticas de homossexualismo;

(C) aceitar o paciente sem abordar na terapia suas práticas sexuais desviantes da norma estabelecida socioculturalmente;

(D) aceitar o paciente, considerando que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, que deve ser compreendida na sua totalidade;

(E) sugerir a inserção do paciente em terapia de grupo para uma reflexão sobre o preconceito e a superação de discriminações e estigmatizações.

**25. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é seu dever fundamental:

(A) prestar serviços psicológicos de qualidade, devendo comunicar ao seu conselho, num prazo máximo de um mês, caso se utilize de técnicas ainda não reconhecidas na legislação profissional;

(B) prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

(C) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado, mediante pagamento por seus serviços;

(D) informar os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo todas as informações neles obtidas para a tomada de decisões que afetam o usuário ou beneficiário;

(E) preservar uma relação colaborativa com outro profissional psicólogo, levando ao conhecimento das instâncias competentes somente os casos de exercício ilegal ou irregular da profissão.

**26. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014)** Há situações em que o psicólogo pode se deparar com o conflito entre o sigilo profissional e os valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos. Em casos assim, de acordo com o Código de Ética Profissional, ele poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca: (A) da liberdade;

(B) da dignidade;

(C) do bem-estar;

(D) de seu benefício;

(E) do menor prejuízo.

**27. (FUNARTE – FGV – 2014)** A Resolução nº 02/01 do Conselho Federal de Psicologia, que trata da Concessão e Registro do Título Profissional de Especialista em Psicologia nos Conselhos Regionais de Psicologia, definiu, entre as especialidades que poderão receber esse título, a do psicólogo especialista em psicologia do esporte. De acordo com a resolução, é atribuição desse profissional:

(A) o treinamento esportivo de pacientes psiquiátricos e de pessoas com necessidades especiais físicas e cognitivas, incluindo idosos;

(B) o assessoramento de atletas nas questões contratuais atinentes ao desenvolvimento de uma carreira profissional;

(C) a produção de pareceres psicológicos que subsidiem decisões de técnicos e dirigentes no desligamento de atletas inaptos;

(D) a orientação da efetivação do esporte não competitivo de caráter profilático e recreacional, para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos;

(E) o uso das atividades esportivas de equipe como técnica de terapia grupal em programas de reabilitação de dependência química de adolescentes e adultos jovens.

**28. (FUNARTE – FGV – 2014)** O psicólogo comete infração ao Código de Ética na seguinte situação:

(A) prestar serviço profissional em situação de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal;

(B) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional;

(C) pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;

(D) estipular o valor da remuneração de acordo com as características de sua atividade e comunicá-lo ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

(E) intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, numa situação de trabalho multiprofissional em que a intervenção faz parte da metodologia adotada.

**29. (FUNARTE – FGV – 2014)** Em meio ao trabalho de grupo com jovens artistas, um deles procurou o psicólogo para falar, em particular, que já revendeu pequena quantidade de drogas para o sustento próprio e de sua família. Acrescentou que, apesar de não continuar com essa prática, alguns membros de seu grupo tomaram conhecimento e agora o pressionam a vender maconha para eles. Mesmo sem saber o que fazer por ora, o jovem pediu ao psicólogo que mantenha o sigilo e não abra o assunto para os demais envolvidos. Diante dessa situação e com base no Código de Ética, o psicólogo:

(A) deve quebrar o sigilo, haja vista a presença do consumo e do comércio ilegal de maconha;

- (B) pode quebrar o sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo;
- (C) deve quebrar o sigilo, porém, somente para os membros que pressionam o jovem que confidenciou ao psicólogo;
- (D) deve quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem; (E) não pode quebrar o sigilo em nenhuma hipótese.

**30. (AL/MT – FGV – 2013)**

Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

- (A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.
- (B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o custo do investimento, resolve dar continuidade a seu trabalho.
- (C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.
- (D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.
- (E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, investiu em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

**31. (AL/MT – FGV – 2013)**

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, indique a conduta adequada.

- (A) Após a entrevista de triagem, é permitido ao psicólogo sugerir o encaminhamento de paciente para outra instituição em que trabalhe, desde que de comum acordo com o paciente.
- (B) Um psicólogo iniciou o trabalho, acertando um valor que considerou justo e que acordou com o paciente. Ao ter mais detalhes sobre a situação financeira do paciente, decidiu cobrar mais pelas sessões do que o previamente acordado.
- (C) Durante uma greve dos funcionários, os profissionais de psicologia decidiram manter os atendimentos emergenciais e avisar aos outros pacientes da interrupção do atendimento por um determinado período.
- (D) Numa situação emergencial, os psicólogos convocados para ajudar os moradores que perderam suas casas, se recusaram a trabalhar ou disseram que só trabalhariam se fosse pago um adicional pelos serviços prestados.
- (E) Um psicólogo foi solicitado pelo gerente de uma empresa a administrar um curso de capacitação para funcionários administrativos que iriam aplicar testes em um processo seletivo.

**32. (AL/MT – FGV – 2013)**

Segundo a Resolução 007/03 do Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo, no exercício profissional, elabora documentos.

Sobre essa atividade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Parecer é documento que resume uma questão focal do campo psicológico, com a devida fundamentação.
- II. Declaração é documento que informa a ocorrência de um fato do campo psicológico, analisando sintomas e o estado do paciente.
- III. Atestado é o documento que indica se o solicitante está apto ou não para realizar atividade específica, sendo usado para justificar faltas ou impedimentos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.

- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

**33. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV – 2013)**

Uma das atribuições do psicólogo em sua prática cotidiana é a elaboração de documentos. Sobre a elaboração de documentos, de acordo com a Resolução n. 07/03, do Conselho Federal de Psicologia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autenticidade do documento exige o parecer psicológico e a assinatura do parecerista.
- (B) O planejamento do material (testes/material lúdico) a ser utilizado em um processo de avaliação deve ser o mais homogêneo possível.
- (C) A declaração psicológica tem o objetivo de atestar fatos e situações, devendo incluir o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.
- (D) O parecer psicológico é um documento que deve avaliar o solicitante da maneira mais ampla possível considerando situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais.
- (E) O parecer psicológico deve incluir a identificação, a exposição de motivos, a análise e a conclusão.

**34. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV – 2013)** O Código de Ética Profissional do Psicólogo contém algumas disposições relativas à ética em pesquisa.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O psicólogo deve avaliar os riscos envolvidos durante a realização dos procedimentos e durante a transmissão dos resultados.

II. O psicólogo deve garantir a participação voluntária por meio de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

III. O psicólogo deve assumir o compromisso da transmissão obrigatória dos resultados da pesquisa aos indivíduos ou grupos envolvidos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**35. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV - 2013)** Um psicólogo foi solicitado a dar um atestado para um funcionário que solicitou dispensa de algumas atividades em um projeto específico, dizendo-se incapacitado para realizá-las.

O funcionário em questão era visto como um bom profissional, se mostrando empenhado nas tarefas e cumpridor de seus compromissos. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os atestados devem apenas justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante.
- (B) O psicólogo não pode fornecer o atestado porque a Resolução n. 07/03 do CFP não explicita normas a respeito.
- (C) O psicólogo deve apenas justificar falta ou dispensa em situações específicas.
- (D) Após ouvir as razões do funcionário, o psicólogo forneceu o atestado de imediato.
- (E) O psicólogo atendeu à solicitação do funcionário após uma avaliação psicológica.

**36. (PREF. JOÃO PESSOA/PB – FGV – 2013)** De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, atividades propostas para o psicólogo educacional estão listadas a seguir:

- I. Elaborar parecer que embasa a tomada de decisão em processo sobre a guarda da criança ou do adolescente.
- II. Atender a adolescentes com problemas psicológicos e iniciar o atendimento clínico na escola.
- III. É atribuição do psicólogo escolar, desenvolver serviços de orientação profissional.

Assinale:

- (A) se somente a atividade I estiver correta.
- (B) se somente a atividade II estiver correta.
- (C) se somente a atividade III estiver correta.
- (D) se somente as atividades I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as atividades estiverem corretas.

**37. (MPE/BA – FGV – 2017)** É conhecida a polêmica ocorrida há alguns anos que envolveu o posicionamento ético do Conselho Federal de Psicologia e psicólogos que pretendiam curar pacientes da orientação homossexual, caso se queixassem da mesma. No centro da discussão, encontrava-se a Resolução CFP nº 001/1999. Considerando essa resolução, analise as afirmativas a seguir.

- I. O psicólogo é um profissional da saúde, sendo frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.
- II. A homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, fazendo parte da identidade do sujeito a forma como cada um vive sua sexualidade.
- III. Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar preconceitos sociais em relação a homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

De acordo com a resolução citada, está correto o que se afirma em: (A) somente I;

(B) somente II;

(C) somente I e III;

(D) somente II e III;

(E) I, II e III.

**38. (MPE/BA – FGV – 2017)** A Resolução CFP nº 017/2012 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos. Com base nela, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos, constelações familiares e outros instrumentos, métodos e técnicas.

II. O periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação psicológica, sendo que, em se tratando de criança, adolescente ou interdito, é necessário o consentimento formal por pelo menos um dos responsáveis legais.

III. A devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os resultados dos instrumentos e técnicas utilizados.

Está correto o que se afirma em:

(A) somente I;

(B) somente III;

(C) somente I e II;

(D) somente II e III;

(E) I, II e III.

### COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

Assertiva II: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com a Resolução.

**RESPOSTA: E.**

**39. (MPE/BA – FGV – 2017)** Mario é psicólogo do Ministério Público (MP) e, nas horas vagas, presta serviço a uma organização onde atende clinicamente crianças vítimas de violência. Depois que faz as avaliações no MP, costuma encaminhar os casos de violência para tal organização

onde ele poderá atendê-los e, assim, a seu ver, promover a saúde mental das crianças e de seus familiares. De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Mario:

- (A) não comete infração ética se o atendimento que realiza na organização for voluntário e não remunerado;
- (B) não comete infração ética se atua como profissional de saúde na organização para onde encaminha os casos;
- (C) não comete infração ética nos casos em que ele já realizou a avaliação e concluiu seu trabalho no MP;
- (D) comete infração ética se visa benefício próprio ao desviar para a organização as pessoas que avalia no MP;
- (E) comete infração ética ao desviar para atendimento clínico pessoas que o procuram por assistência jurídica.

**40. (MPE/BA – FGV – 2017)** Pedro é psicólogo perito, concursado por determinado Tribunal de Justiça brasileiro, com atuação em Vara de Família. Em tumultuado processo de guarda de duas crianças, uma das partes apresenta a psicóloga Cláudia como assistente técnica no processo, exigindo que todas as intervenções psicológicas com as crianças, daquela data em diante, sejam realizadas sempre em conjunto com os dois psicólogos. Com base na Resolução nº 008/2010 do CFP, Pedro deve:

- (A) aceitar que os procedimentos sejam efetuados conjuntamente, pois os dois profissionais são regidos pelo mesmo Código de Ética Profissional;
- (B) aceitar que as intervenções sejam conjuntas, pois os profissionais podem atuar de forma complementar, o que será positivo na escuta das crianças;
- (C) recusar os procedimentos conjuntos, pois os psicólogos não necessariamente concordarão técnica e teoricamente sobre a forma de condução das intervenções;
- (D) aceitar que as intervenções aconteçam juntas, pois poderão construir conjuntamente um relatório que tenha efeito positivo na retomada do diálogo entre os pais das crianças;

(E) recusar as intervenções conjuntas, pois o assistente técnico não deve estar presente durante os atendimentos do perito e vice-versa.

**41. (MPE/BA – FGV – 2017)** Dentre os listados abaixo, o documento escrito produzido pelo psicólogo que NÃO consta na Resolução nº 007/2003 do CFP é:

- (A) declaração;
- (B) pesquisa psicológica;
- (C) atestado psicológico;
- (D) laudo psicológico;
- (E) parecer psicológico.

**42. (MPE/BA – FGV – 2017)** A psicóloga Cristina passou a integrar como perita a equipe multiprofissional de certa Vara da Infância. Após alguns meses de trabalho, o magistrado comunicou à psicóloga que estava subordinando toda a equipe à chefia de uma analista formada em Direito, a quem todos deveriam se submeter técnica e profissionalmente. À luz da Resolução nº 017/2012 do CFP, a conduta do juiz está:

- (A) correta, pois o magistrado é o chefe hierárquico mais alto, e pode deliberar acerca de chefias intermediárias;
- (B) errada, pois só o juiz pode assumir a função de chefe a quem a psicóloga deve se subordinar técnica e profissionalmente;
- (C) errada, pois a psicóloga não deve se subordinar técnica e profissionalmente a outras áreas;
- (D) errada, pois a psicóloga deve se subordinar tecnicamente ao juiz, e profissionalmente a um chefe intermediário;
- (E) correta, pois a possibilidade de chefes intermediários é prevista no Código de Organização Judiciária.

**43. (DPE/RJ – FGV – 2014)** Um laudo realizado pelo psicólogo a pedido do defensor foi contestado e corre risco de ser impugnado pelo fato de não estar de acordo com a Resolução 08/2010 nem com o manual de elaboração de documentos (Resolução 07/2003), estabelecido pelo

Conselho Federal de Psicologia. O trecho abaixo que serviu de justificativa para o pedido de impugnação foi

(A) “a mãe vê-se obrigada a ‘terceirizar’ os cuidados em relação à criança por causa do trabalho, fazendo a ressalva de que, em breve, mudará de emprego, exigindo-lhe mais tempo longe do lar. Contudo, ela garante que a avó coabitará com ela, de maneira que ficará disponível para ajudá-la nos cuidados, embora a criança não esteja habituada a conviver com ela”.

(B) “é notório o sofrimento da criança ao criticar o pai. Sem expor uma razão plausível para tanto, ela demonstra certa confusão ao dizer que seu pai é o padrasto. Daí se supõe a existência de conflito de lealdade exclusiva, sendo conveniente a retomada da convivência com o pai o mais breve possível”.

(C) “é importante frisar que, apesar de seu relato inicial, a criança possui relação de afeto com a mãe e com o pai. Em contrapartida, não possui boa relação com o padrasto, nem tampouco parece sentir-se segura em sua companhia.”

(D) “a criança ficará exposta à situação delicada caso permaneça sob a guarda da mãe. Por sua vez, o pai tem tempo disponível e conta com o apoio familiar, além de se mostrar zeloso por sua filha. Desse modo, o mais indicado é que a filha fique sob a guarda do pai, devendo ser regulamentada a visita com a mãe.”

(E) “é igualmente indicado a ambas as partes que a criança deixe de ser envolvida no presente processo e nos diversos conflitos que compõem o litígio”.

**44. (FIOCRUZ – FGV – 2010)** Uma psicóloga recém-formada atendia uma paciente numa clínica social. Considerando que o atendimento nesse local não satisfazia da melhor maneira o bem-estar de seu paciente, em função dos horários e do deslocamento necessário, consultou a paciente sobre a possibilidade de ser atendida em seu consultório particular, que teria uma melhor localização e onde poderiam dispor de mais horários. Combinada a mudança, e de comum acordo com a paciente, fez um

aumento mínimo no preço que era cobrado na clínica. Como não avisou a instituição, o horário foi mantido durante 2 meses, sendo cobrado o montante das sessões à paciente, que só então explicou que não estava mais sendo atendida na clínica. Considere as alternativas a seguir:

I. não houve nenhuma falha grave, uma vez a psicóloga evidenciou interesse pelo bem-estar de seu paciente, que era limitado por horários e deslocamento;

II. o aumento mínimo sobre o preço reduzido anteriormente cobrado, realizado de comum acordo com a paciente, evidenciou que não houve tentativa de obter benefícios com a derivação para seu consultório particular;

III. qualquer modificação no procedimento deveria ser previamente autorizada pela coordenação da clínica e comunicada à secretaria da instituição;

IV. a psicóloga poderia estar cometendo abuso de poder;

V. a psicóloga feriu o Código de Ética Profissional;

Assinale:

(A) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.

(B) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

(C) se apenas a alternativa IV estiver correta.

(D) se apenas a alternativa V estiver correta.

(E) se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.

**45. (FIOCRUZ – FGV – 2010)** Uma psicóloga foi procurada por uma mãe evangélica, solicitando atendimento para seu filho de 8 anos, que estaria apresentando problemas na orientação sexual. Segundo informações da mãe, o menino gostava de se vestir como menina e se pintar, o que estaria causando problemas na família e na comunidade, o que o retraía nas brincadeiras com as outras crianças e levava a crises de choro. Levado o problema ao pastor da igreja que freqüentava, foi sugerido que buscasse atendimento psicológico. Avalie as alternativas abaixo e marque a correta:

- (A) em vista da condição de evangélica da mãe, a psicóloga aceitou o caso, prometendo trabalhar a questão da orientação sexual com a criança.
- (B) a psicóloga não aceitou o caso, uma vez que o pedido fere o Código de Ética Profissional.
- (C) a psicóloga aceitou o caso, explicando à mãe que a questão a ser trabalhada não seria a orientação de gênero, mas o sofrimento da criança, oriundo da estigmatização que ela vinha sofrendo.
- (D) a psicóloga sugeriu que a mãe procurasse um serviço de Endocrinologia, uma vez que a criança poderia sofrer de um distúrbio hormonal.
- (E) a psicóloga sugeriu que a mãe procurasse um terapeuta de orientação evangélica, os quais costumam trabalhar essas questões.

**46. (ALBA – FGV – 2014)** Um psicólogo soube que uma empresa estava contratando estagiários de diferentes cursos de graduação para fazer aplicações de inventários de personalidade. Os estagiários

trabalhavam supervisionados por uma psicóloga, que organizava um período inicial de treinamento, durante o qual aprendiam a utilizar diferentes técnicas. A empresa funcionava terceirizada, prestando serviços e consultoria para várias outras empresas, com bastante sucesso.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O psicólogo comunicou a situação ao Conselho Federal de Psicologia.
- II. O psicólogo resolveu não tomar nenhuma medida, uma vez que a psicóloga parecia cuidadosa e treinava os estagiários para realizar os procedimentos.
- III. O psicólogo enviou uma carta à empresa, explicando que a psicóloga estava ferindo o Código de Ética Profissional do psicólogo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.

- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**47.( ALBA FGV – 2014)** Sobre as normas para a elaboração de documentos escritos,

segundo o Conselho Federal de Psicologia, assinale a afirmativa correta

- (A) Os documentos escritos compreendem as declarações, os atestados e os laudos psicológicos.
- (B) As declarações devem incluir dados relativos à frequência às sessões, período de atendimento e motivos ou sintomas do comparecimento do solicitante.
- (C) O laudo psicológico objetiva responder a uma questão específica.
- (D) Os termos técnicos utilizados no laudo psicológico devem incluir explicações retiradas dos fundamentos teórico filosóficos que os sustentam.
- (E) Os documentos escritos, bem como o material que os fundamentaram devem ser guardados por um período mínimo de 10 anos.

**48. (ALBA – FGV – 2014)**

Com o objetivo de auxiliar em uma decisão, foi solicitada a um psicólogo especialista em famílias, a elaboração de um parecer psicológico. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O parecer deve responder a quesitos específicos.
- II. O parecer deve começar por uma ampla avaliação sobre o problema que motivou a solicitação.
- III. O parecer deve atender às orientações do CFP para a elaboração de laudos psicológicos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**49. (ALBA – FGV – 2014)** O Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamentou o atendimento on-line por meio da Resolução nº 011/2012.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Testes psicológicos on-line são proibidos.
- (B) O atendimento a crianças e adolescentes on-line deverá seguir os critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) O atendimento virtual deverá ser realizado em até 30 encontros virtuais.
- (D) A permissão para a permanência no ar de um site autorizado pelo CFP será de cinco anos, renováveis por igual período.
- (E) No caso do atendimento on-line, é autorizado a remuneração ao participante de pesquisas.

**50. (ALBA – FGV – 2014)** Um psicólogo foi convocado para trabalhar em uma situação emergencial, em que se configurava calamidade pública.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O psicólogo condicionou seu comparecimento ao pagamento de horas-extra.
- II. O psicólogo compareceu ao local solicitado, respondendo à convocação.
- III. O psicólogo condicionou seu comparecimento ao recebimento de alguma vantagem, como abono de férias ou contagem de dias para licença prêmio.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas II e III estiverem corretas.



<b>01 E</b>	<b>02 D</b>	<b>03 A</b>	<b>04 C</b>	<b>05 B</b>	<b>06 D</b>	<b>07 B</b>
<b>08 E</b>	<b>09 D</b>	<b>10 B</b>	<b>11 D</b>	<b>12 D</b>	<b>13 D</b>	<b>14 D</b>
<b>15 E</b>	<b>16 B</b>	<b>17 B</b>	<b>18 D</b>	<b>19 C</b>	<b>20 A</b>	<b>21 C</b>
<b>22 D</b>	<b>23 E</b>	<b>24 D</b>	<b>25 B</b>	<b>26 E</b>	<b>27D</b>	<b>28C</b>
<b>29B</b>	<b>30D</b>	<b>31C</b>	<b>32E</b>	<b>33E</b>	<b>34E</b>	<b>35E</b>
<b>36C</b>	<b>37E</b>	<b>38E</b>	<b>39D</b>	<b>40E</b>	<b>41B</b>	<b>42C</b>
<b>43D</b>	<b>44E</b>	<b>45C</b>	<b>46A</b>	<b>47D</b>	<b>48A</b>	<b>49B</b>
<b>50B</b>						



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.